

---

# ***Conasa Infraestrutura S.A.***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Conasa Infraestrutura S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa Infraestrutura S.A. e da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

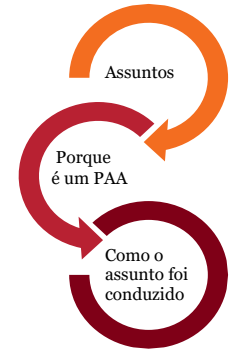
---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



### Porque é um PAA

#### **Recuperabilidade dos ativos intangíveis e ativos financeiros dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 14 e 15**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas, possuem registrados em seus ativos intangíveis e ativos financeiros, os montantes de R\$ 266.144 mil e R\$ 113.753 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos intangíveis e ativos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, em relação as premissas, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nas premissas utilizadas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; o teste do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia e suas controladas, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Reconhecimento de receita não faturada – Notas 3.5.15 e 5

A Companhia e suas controladas reconhecem mensalmente, a receita operacional referente a serviços prestados e não faturados aos consumidores, sob a nomenclatura de “Fornecimentos a faturar”. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 9.110 mil de receitas não faturadas. Visto que o faturamento e emissão das faturas é posterior ao fechamento contábil mensal, a Companhia realiza uma estimativa, que inclui o consumo médio dos usuários e a tarifa vigente na data do encerramento contábil. Esse procedimento é adotado para todos os segmentos operacionais sob essas condições na Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ciclo de receitas e contas a receber da Companhia e suas controladas; entendimento da metodologia de cálculo adotada para a estimativa mensal de “Fornecimentos a faturar”; recálculo da estimativa em comparação com as tarifas vigentes em cada empresa nos referidos períodos; testes de recebimentos subsequentes à cada uma das faturas selecionadas para teste; e comparação das informações calculadas de forma independente com os relatórios internos de monitoramento da Companhia e suas controladas.

Consideramos o teste de reconhecimento de receita não faturada como um dos principais assuntos de auditoria, em função do montante envolvido e grau de julgamento da administração na preparação dessa estimativa.

Nossos procedimentos de auditoria e as evidências que suportam os nossos testes demonstraram que os critérios para elaboração das estimativas proporcionaram uma base razoável para o reconhecimento da receita não faturada e as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas e incluídas nas demonstrações financeiras.

---

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Conasa Infraestrutura S.A.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Conasa Infraestrutura S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Conasa Infraestrutura S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 30 de março de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Adriano Machado".  
Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042584/O-7

# Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.** (“CONASA”) apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

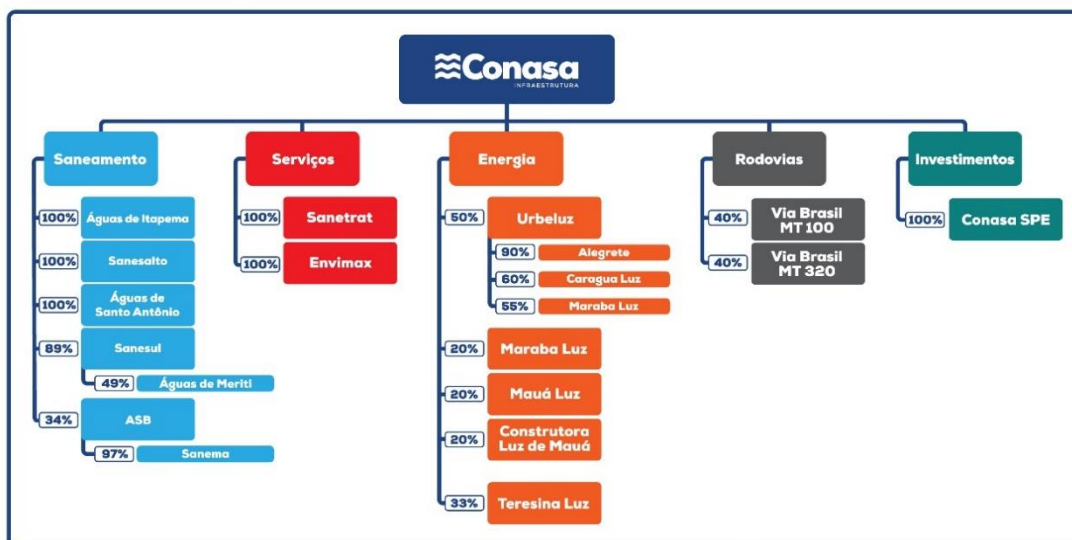
As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

## APRESENTAÇÃO

A CONASA é uma holding focada em infraestrutura, atuando por meio de Sociedades de Propósito Específico. Buscando contribuir para suprir a carência de investimentos nos diversos setores de infraestrutura, a CONASA vem diversificando desde 2015 suas áreas de atuação, que passaram a incluir, além dos segmentos de saneamento básico e tratamento de efluentes, serviços de iluminação pública e, mais recentemente, rodovias.

Com sede em Londrina (PR), a Conasa reúne 19 empresas, em 8 estados da União: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas, Roraima, Piauí e Mato Grosso.

No intuito de integrar as especificidades de cada setor, a Conasa instituiu internamente quatro grandes áreas, que gerenciam as unidades operacionais de cada segmento: Saneamento, Serviços, Energia, Rodovias.



## Destaques de 2019

O exercício de 2019 foi marcado por estruturas de financiamentos para alavancar os investimentos da Companhia.



Na Águas de Itapema, a Companhia emitiu, tendo o Banco Santander como coordenador líder, debênture incentivada de infraestrutura no valor de R\$ 100 milhões. A operação foi classificada pela agência internacional Moody's como Risco Aa3.br (muito baixo risco de crédito). Os recursos estão sendo destinados à ampliação e modernização da infraestrutura da concessão em Itapema, especialmente para ampliar a cobertura de esgoto e atender ao crescimento acelerado da cidade.

A Sanesalto, cujo serviço de coleta e tratamento de esgoto no município de Salto recebeu a nota máxima no ranking da ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) que avalia os serviços de saneamento nos municípios brasileiros, captou R\$ 55 milhões em debêntures simples também emitidas tendo o banco Santander como coordenador líder.

Em 2019, a Sanema firmou Contrato de Prestação de Garantias com os bancos Santander e Sumitomo Mitsui, para financiamento junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 133 milhões.

Além da alavancagem financeira, a Companhia implantou em 2019 investimentos relevantes. Águas de Itapema e Sanema estão ampliando os sistemas de coleta de esgoto em Itapema e Maceió, respectivamente. A Via Brasil MT 100 recuperou o pavimento da rodovia MT-100, instalou 2 praças de pedágio e iniciou a cobrança em dezembro de 2019. A Via Brasil MT 320 iniciou a implantação da concessão, com prioridade à trafegabilidade e segurança das rodovias MT 320 e 208.

Com relação às melhorias de governança corporativa, desde 2016 a Conasa adere às práticas de gestão preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), adotando os quatro princípios que passaram a nortear a governança da empresa: **transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa**. O Programa Compliance, que teve sua implementação consolidada em 2019, vem monitorar e assegurar a aplicação integral das normas vigentes em todas as áreas de atividade.

## Áreas de Atuação

### Saneamento

#### Abastecimento de água | Coleta e tratamento de esgoto

A Agenda 2030 da ONU, em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reservou singular atenção à questão do saneamento básico, enunciando o ODS 6 - “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”.

Todavia, as lacunas ainda existentes no Brasil no que concerne a infraestrutura de saneamento se demonstram em números expressivos: 17% dos brasileiros não têm acesso à água tratada e 48% não estão conectados à rede coletora de esgoto, segundo os últimos dados\* publicados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em 2014, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) fixou para 2033 a meta de universalização do Sistema de Água e Esgoto no Brasil. No entanto, o estudo realizado em 2018 pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) demonstrou que a média dos investimentos realizados entre 2010 e 2017 - R\$ 13,5 bilhões ao ano - está defasada em 62% em relação ao objetivo traçado no plano.

A participação efetiva da iniciativa privada pode contribuir para reduzir esse déficit de investimentos, assegurando que os problemas sejam solucionados na escala e no prazo desejados.

Com o propósito de atenuar o cenário precário relativo às deficiências de acesso à água potável e ao tratamento de esgoto em suas regiões de atuação, amparada em políticas públicas adequadas e fundamentada na legislação vigente, a Conasa atualmente opera em regime de concessão em Itapema (SC) e Salto (SP). Além disso, detém participação de 49% em concessionária de São João de Meriti (RJ) via Sanesul e detém participação em contrato de locação de ativos de coleta e tratamento de esgoto em Maceió (AL).

## Conasa Águas de Itapema

Município: Itapema - SC

Concessão plena (água e esgoto) - 2004 a 2044

### DESTAQUE

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2019): R\$ 214 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R\$ 452 milhões

Acesso à água tratada: 100% da população

Acesso à coleta de esgoto: atingirá 90% da população em 2020

AVANÇOS CONQUISTADOS	2004	2018	2019/2020
Reservatórios de água tratada (litros)	800.000	9.000.000	9.000.000
Reservatórios de água bruta (litros)	135.000	290.000.000	500.000.000
Rede de distribuição de água (Km)	79	280	291
Capacidade de produção de água potável (l/s)	141	573	698
Acesso à rede coletora de esgoto	zero	74%	90%

Desde 2004, a Conasa Águas de Itapema detém a concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto de Itapema, no litoral de Santa Catarina. Até 2019 já foram investidos R\$ 215 milhões, assegurando a universalização do acesso à água tratada no município e dotando-o com rede coletora de esgoto que já alcança 81% da população. Com uma capacidade de produção diária de quase 50 milhões de litros de água tratada, o sistema tornou o município autossuficiente em abastecimento, sem interrupção nas temporadas de verão, período em que o consumo chega a aumentar em 550% - aumento registrado pela companhia em 2019. A instalação de reservatórios de água bruta podendo armazenar até 500 milhões de litros representa medida preventiva ao risco de eventual escassez dos recursos hídricos da região.

A captação de recursos finalizada em 2019, permitiu à Águas de Itapema investir no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades n° 320/2018, o qual

compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes; ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes; construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros.

## Sanesalto

Município: Salto - SP

Concessão de tratamento de esgoto - 2007 a 2032

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2019): R\$ 75 milhões

Acesso à coleta de esgoto: 98% da população

Exemplo do potencial de ampliação do acesso ao saneamento mediante o aporte de investimentos da iniciativa privada, a cidade de Salto, no Estado de São Paulo, viu o nível de tratamento de esgoto crescer de 0% (2004) para 70% já nos três primeiros anos de gestão da Sanesalto. Até 2019, além da construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os investimentos da Conasa permitiram ainda a instalação de onze elevatórias na cidade, assegurando a 98% da população o acesso à rede coletora.

### Evolução comprovada

Salto figura atualmente acima da média brasileira de eficiência no tratamento de esgoto, entre as mais eficientes do Brasil. O Ranking da Universalização do Saneamento 2018, realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), aponta a cidade na 19ª posição entre os 234 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

## Saneamento de Maceió

Município: Maceió - AL (oito bairros da parte alta)

Contrato de Locação de ativos tratamento de esgoto - 2019 a 2049

A CONASA ingressou em 2017 na Sanema que tem como objeto a construção e implantação de sistema de tratamento do esgoto em oito bairros, situados na Zona Alta de Maceió, totalizando investimentos de R\$ 171 milhões, com a consequente locação do sistema para a CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas). Em 2017 foram iniciadas as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Caçadores e a implantação da rede coletora de 112km. As instalações cobrirão 100% dos domicílios do perímetro do contrato, beneficiando uma população de cerca de 123 mil habitantes a partir de 2020.



## Conasa Serviços

### Saneamento Industrial

Além de prevenir a contaminação do solo, de águas superficiais, de lençóis freáticos e do ar, preservando os recursos naturais no presente e para as gerações futuras, o tratamento de efluentes industriais reveste igualmente um aspecto de impacto econômico.

A complexidade do processo de tratamento tende a deslocar a empresa de sua atividade principal, visto que a gestão dos efluentes industriais apresenta especificidades e requer capacitações muito diferentes daquelas diretamente vinculadas ao processo produtivo.

Uma solução adotada por grande número de indústrias, independente do porte, consiste na terceirização do serviço, assegurando que todo o processo seja operado por especialistas, dentro de estações de tratamento específicas para este fim nas instalações da empresa (onsite) ou em plantas de propriedade da terceirizada (offsite), respeitando as exigências legais para a destinação final dos resíduos.

A Sanetrat Saneamento S.A. vem atuando no tratamento de efluentes industriais e residenciais desde 2008, atendendo clientes nos estados de São Paulo e de Santa Catarina para clientes Offsite, e em todo o Brasil para clientes Onsite. A Sanetrat atende atualmente mais de 200 empresas públicas e privadas ou municipalidades.



## Conasa Energia

### Iluminação Pública e Cidades Inteligentes

O ordenamento do tráfego urbano, a segurança pública, a valorização do patrimônio e a ocupação de espaços públicos são alguns dos aspectos relacionados à relevância da iluminação pública (IP) para a sociedade. Buscando a melhoria contínua desses serviços, o mercado da iluminação pública ganhou importância nos últimos anos com mudanças significativas, ensejando novos paradigmas, desafios e perspectivas para o setor, rumo à construção de cidades inteligentes.

A transferência dos ativos de IP para os municípios foi o primeiro passo para as mudanças. Desde janeiro de 2015, foi entregue à administração municipal o encargo da elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, que anteriormente era delegado em sua maioria às distribuidoras de energia, abrindo espaço para parcerias público privadas com municípios. Com a aquisição da Urbeluz, em 2014, a Conasa ingressou no segmento.

### Caraguatatuba - SP

Primeiro município do Estado de São Paulo a criar uma PPP para a gestão da Iluminação Pública, Caraguatatuba foi também o primeiro no Brasil a concluir os investimentos previstos em contrato. A cidade conta hoje com 100% dos pontos contratuais equipados

com tecnologia LED. O novo sistema gerou economia de 67% no consumo de energia elétrica e 2.068 novos pontos foram instalados, com impacto significativo para a população. Caraguatatuba também é o primeiro município a beneficiar da parceria entre a Conasa e a NEC (multinacional japonesa de tecnologia), para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

### São João de Meriti - RJ

Conhecida como “Formigueiro das Américas”, São João de Meriti é uma das cidades de maior densidade populacional do Brasil e a primeira do país a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública. O contrato prevê a substituição de 100% do parque pela tecnologia LED, a ser concluído em 2020, além da manutenção das instalações elétricas, eficientização da iluminação interna e sistemas de climatização nos mais de 100 prédios públicos.

### Mauá Luz

A criação da Mauá Luz, em 2016, reuniu a Conasa (20%) às empresas Brasiluz (60%) e FM Rodrigues (20%) no propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública.

Dos 27.000 pontos de iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, mais de 14.000 já foram substituídos pela tecnologia LED, em pouco mais de dois anos de contrato, e a modernização de todo o parque deverá estar concluída em 2020.



### Conasa Rodovias

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.



Projeto da praça de pedágio em Alto Araguaia

Em 2018, ampliando seu escopo de atuação, a Conasa passou a investir no segmento, com a constituição do Consórcio Via Brasil, do qual é líder com 40% de participação. Compõem ainda o consórcio as empresas CLD (26%), Rocha Cavalcante (12%), Zetta (12%), FBS (9%) e Fremix (1%).



Fevereiro de 2018 viu a chegada do primeiro contrato da Via Brasil, que arrematou a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso. Somando 300 km de estrada, os dois trechos receberão investimentos da ordem de R\$ 356 milhões e R\$ 370 milhões, respectivamente. As concessões de 30 anos, que integram o programa do Governo do Mato Grosso para melhoria da logística de transportes no estado, foi arrematada por R\$ 16 milhões de outorga, ao fim de um processo licitatório de regras claras e tarifas fixas para a cobrança de pedágio, que só se dará após a recuperação e sinalização das estradas.

### Via Brasil MT 100

A Via Brasil MT 100 investiu R\$ 78.988 no exercício findo em 2019, em recuperação do pavimento, implantação de 2 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Em 3 de dezembro de 2019, iniciou-se a cobrança de pedágio já com aplicação da tarifa atualizada, na forma do Contrato, sendo a Tarifa Referencial fixada em R\$ 8,30.

### Via Brasil MT 320

A Via Brasil MT 320 investiu R\$ 30.232 no ano de 2019 e continuará o investimento para início de cobrança de pedágio em meados de 2020. Os investimentos de 2019 privilegiaram a recuperação do pavimento para melhoria das condições aos usuários de forma imediata à assunção da concessão.

## Governança Corporativa

*“Atualmente a governança das empresas é tão importante para a economia mundial quanto a governança dos países.” James Wolfensohn - ex-presidente do Banco Mundial*

Num mundo em constante transformação, preservar o valor da empresa e sua sustentabilidade no tempo é um desafio constante e imperioso no gerenciamento de empresas. Essa convicção levou a Conasa a aderir às práticas de gestão preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em sua estratégia gerencial.

Um passo importante foi a decisão, em 2016, de tornar a maioria do Conselho de Administração independente contando com maior diversidade de capacidades, a partir da contratação de membros independentes, contribuindo para um melhor desempenho da organização.

A profissionalização do Conselho se insere num conjunto de medidas que vêm sendo implementadas, que incluem a adequação do estatuto social da empresa às normas da B3 e de acordo com a política de Governança Corporativa adotada pela companhia, fundamentada nos quatro princípios que a norteiam: transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.

## Ética e compliance

A Conasa preza pelo rigoroso atendimento às exigências regulatórias do setor em todas as suas áreas de atividade e exige de seus colaboradores o mesmo rigor no que concerne a legislação e a conduta ética, de acordo com as recomendações expressas no Código de Ética e Postura da companhia, formalizado em 2018. Em 2019, também iniciou a implementação do programa de compliance que será estendido a todas as empresas do grupo.

Nesse contexto, a Conasa vem se preparando para solicitar o registro na B3 no ambiente do BOVESPA MAIS. Em conformidade às exigências da CVM e B3, o website de Relações com Investidores (<http://www.conasa.com/ri>) já está em funcionamento.

## GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia adotou uma estratégia de diversificação em setores de atuação, iniciando atuação em energia e rodovias, e crescimento em projetos de infraestrutura. Tal estratégia teve e terá impactos significativos no desempenho financeiro da Companhia.

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento nos últimos anos, saindo de R\$ 39.630 em 2013, para R\$ 163.205 em 2018 e R\$ 222.735 em 2019, já com a consolidação da Sanesalto e Sanema que contribuíram com incremento de R\$ 38.436 na receita líquida.

Desde 2015, o foco da Companhia em crescimento trouxe redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 1,18 em 2017 para 0,87 em 2018. Em 2019, com a realavancagem de projetos, com captações da Águas de Itapema, da Sanesalto e da Sanema, razão Dívida Líquida por EBITDA encerrou em 2,20. A partir de 2016, a Companhia retomou investimentos e focou em crescimento, tendo o EBITDA Ajustado crescido de R\$ 5.722 em 2015 para R\$ 52.237 em 2017, R\$ 61.924 em 2018 e R\$ 63.364 em 2019.

O exercício de 2019 inicia um novo ciclo da Companhia. A realavancagem financiou investimentos de 2019 e dos anos seguintes, bem como possibilitou à Conasa desenvolver novos negócios. De um lado, a empresa expandiu atividades e iniciou as concessões da Via Brasil MT 100 e Via Brasil MT 320. De outro, continuou com investimentos consolidando-os, com as expansões de Águas de Itapema e Sanema, e a finalização da aquisição da Sanesalto.

## RECEITAS

A receita líquida da Companhia encerrou 2019 em R\$ 222.735, contra R\$ 163.205 em 2018. O aumento decorreu de aumento da receita de construção vinculada aos investimentos, que encerrou 2019 em R\$ 84.390 contra R\$ 40.633 em 2018, aos crescimentos orgânicos em Itapema-SC e Salto-SP, às revisões tarifárias e à consolidação contábil da Sanesalto e Sanema.

## CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram aumento, de R\$ 104.052 em 2018 para R\$ 143.598 em 2019. O aumento decorre do custo de construção de R\$ 40.633 em 2018 contra R\$ 84.390 em 2019, que reflete aumento dos investimentos realizados pelas concessionárias neste exercício, e da consolidação da Sanesalto, acrescentando aos custos R\$ 7.590 no consolidado de 2019.

O Lucro Bruto cresceu de R\$ 59.153 em 2018 para R\$ 79.137 em 2019.

## EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 2018 e 2019, a Administração procedeu com provisões e baixas contábeis, detalhadas no Lucro Líquido abaixo. Tais provisões refletem a situação dos ativos da Companhia, mas afetaram em especial o resultado de 2018. Para fins comparativos, o presente Relatório da Administração passa a demonstrar EBITDA ajustado, conforme notas de ajuste no quadro abaixo.

A Companhia apresenta os ajustes no EBITDA para melhor demonstrar os efeitos recorrentes das atividades operacionais, retirando efeitos contábeis positivos ou negativos de cada ano ou efeitos não recorrentes, de modo a aproximar a demonstração financeira do resultado operacional das atividades. A explicação de cada ajuste considerado encontra-se na seção de Lucro Líquido.

O EBITDA Ajustado da Companhia vem apresentando crescimento absoluto nos últimos exercícios, com a agregação de novos negócios desde 2012 e execução de política de redução de custos e ganho de eficiência operacional.



<b>EBITDA</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017 (reapresentado)<sup>1</sup></b>
Lucro Líquido	11.411	3.740	18.386
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.836	15.909	9.031
Depreciação e Amortização	13.546	7.454	5.791
Resultado Financeiro	16.046	2.512	4.649
<b>EBITDA</b>	<b>52.839</b>	<b>29.615</b>	<b>37.858</b>
Amortização do Ativo Financeiro <sup>2</sup>	16.382	15.651	13.370
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas <sup>3</sup>	144	16.658	1.009
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>69.365</b>	<b>61.924</b>	<b>52.237</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>50,14%</b>	<b>50,52%</b>	<b>47,35%</b>

<sup>1</sup> Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração

<sup>2</sup> Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

<sup>3</sup> Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

## LUCRO RECORRENTE E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 11.411 no ano de 2019, ante a R\$ 3.740 em 2018.

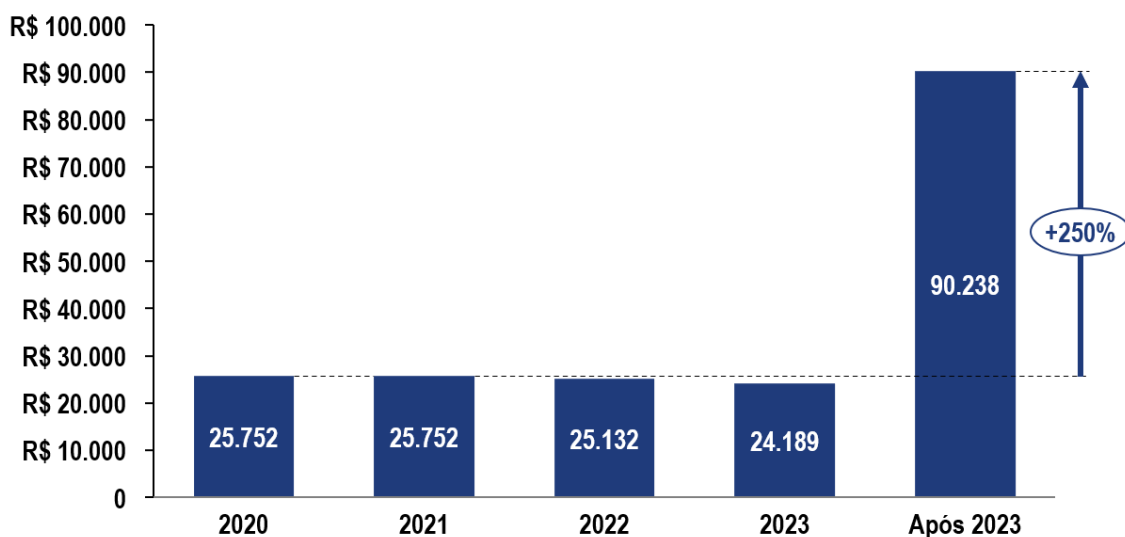
O lucro recorrente da Companhia cresceu de R\$ 17.994 em 2017 para R\$ 20.398 em 2018. Em 2019 o lucro líquido recorrente encerrou em R\$ 11.555, praticamente sem variação em relação ao lucro líquido de R\$ 11.411.

	2019	2018	2017
<b>Lucro Líquido</b>	<b>11.411</b>	<b>3.740</b>	<b>18.386</b>
<b>Efeitos não recorrentes em receitas</b>	-	-	<b>8.392</b>
Receita da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	8.392
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016	-	-	-
<b>Efeitos não recorrentes em custos</b>	-	-	<b>(3.508)</b>
Custo da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	(3.508)
<b>Efeitos não recorrentes em despesas</b>	<b>144</b>	<b>16.658</b>	<b>(3.875)</b>
Impairment sobre indenização prevista pelos ativos não amortizados na caducidade da concessão da Águas de Santo Antônio	4.531	5.039	-
Creditos com Terceiros - Urbeluz	-	3.227	-
Reconhecimento da equivalência patrimonial referente a aquisição de 50,05% das ações da Sanesalto Saneamento S.A. e o respectivo controle.	418	-	-
Baixa de ativos da Urbeluz relacionados à Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, as quais não avançaram para a fase de licitação da PPP	-	943	-
Baixa de precatórios detidos pela Urbeluz	-	1.331	-
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016	-	648	-
PCLD - Alegrete	921	805	(805)
Adesão pela Urbeluz ao PERT com débitos referentes a 2013 e 2014 em discussão administrativa	-	4.665	-
Equivalência Patrimonial positiva da Sanesalto pela adesão ao PRT/PERT	-	-	(5.062)
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Multas)	-	-	(1.512)
Provisão de impairment da Mais Valia da Sanesul	31.867	-	-
Mais valia na aquisição de 100% da investida Sanesalto	(62.063)	-	-
Baixa da Mais Valia de 48,08% líquida da Sanesalto	23.963	-	-
Baixa por impairment de créditos tributários de ISS com o Município de Palhoça/SC discutido judicialmente com remota expectativa de recuperabilidade.	507	-	-
Provisão de impairment da Envimax por descontinuidade operacional da empresa	-	-	3.504
<b>Efeitos não recorrentes em resultado financeiro</b>	-	-	<b>2.186</b>
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Juros)	-	-	270
Reconhecimento IOF sobre operações entre partes relacionadas no PRT/PERT	-	-	1.916
<b>Efeitos não recorrentes em impostos</b>	-	-	<b>(3.587)</b>
Resultados com a adesão ao PRT/PERT	-	-	(3.310)
Provisão de Impostos Diretos da Conasa pela implantação do Built Sult, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	(277)
<b>Lucro recorrente</b>	<b>11.555</b>	<b>20.398</b>	<b>17.994</b>

## PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias. Águas de Itapema e Sanesalto concentram maior parte da dívida consolidada, principalmente com as emissões de 2019.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

A Companhia espera aumentar nível de alavancagem, com a entrada em operação de novos negócios, como Via Brasil e Sanema, bem como resultados provenientes de tais investimentos.

## DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2019	2018	2017 (reapresentado) <sup>1</sup>
Lucro Líquido	11.411	3.740	18.386
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.836	15.909	9.031
Depreciação e Amortização	13.546	7.454	5.791
Resultado Financeiro	16.046	2.512	4.649
<b>EBITDA</b>	<b>52.839</b>	<b>29.615</b>	<b>37.858</b>
Amortização do Ativo Financeiro <sup>2</sup>	16.382	15.651	13.370
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas <sup>3</sup>	144	16.658	1.009
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>69.365</b>	<b>61.924</b>	<b>52.237</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>50,14%</b>	<b>50,52%</b>	<b>47,35%</b>
Dívida Bruta	191.063	56.981	68.089
Disponibilidades	35.569	3.116	6.223
Conta Reserva	2.588	-	-
<b>Dívida Líquida</b>	<b>152.906</b>	<b>53.865</b>	<b>61.866</b>
<b>Dívida Líquida EBITDA Ajustado</b>	<b>2,20 x</b>	<b>0,87 x</b>	<b>1,18 x</b>

<sup>1</sup> Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração

<sup>2</sup> Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

<sup>3</sup> Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido. A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

O aumento do indicador se deu essencialmente pelas emissões de Debêntures realizada em Águas de Itapema e Sanesalto. Tais financiamentos foram alocados para investimento, no caso da Águas de Itapema, que permitirá aumento das receitas nos anos seguintes, e realavancagem, no caso da Sanesalto, com maior prazo de pagamento da dívida e permitiu a conclusão do processo de aquisição da investida iniciado em 2012.

## ATIVOS

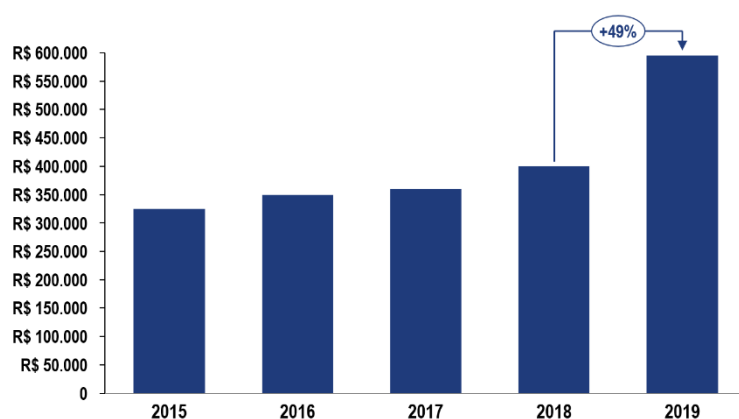
Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e ativos financeiros vinculados às PPPs. Os ativos intangíveis e financeiros concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R\$ 175.477 em 2017 para R\$ 220.268 em 2018. Em 2019 aumentou em R\$ 84.390, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R\$ 129.181 durante os exercícios de 2018 e 2019, bem como consolidação da Sanesalto e Sanema.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.

### Ativos IFRS (R\$ k)



## **CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS**

### **Audidores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018 e 2019.

A remuneração dos auditores no exercício de 2019 foi de R\$ 150 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R\$ 409 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

### **Cláusula Compromissória**

A CONASA está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social, já adaptado para listagem no ambiente do Bovespa Mais.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

### Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>17.303</b>	<b>15.795</b>	<b>114.340</b>	<b>103.138</b>	<b>Circulante</b>		<b>13.913</b>	<b>10.781</b>	<b>86.711</b>	<b>88.827</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	297	32	35.569	3.116	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	2.656	3.359	25.752	25.575
Contas a receber de clientes	5	1.200	732	23.128	15.889	Fornecedores	17	1.320	1.508	32.401	30.926
Títulos de valores mobiliários	10	4.191	13.708	-	45.528	Passivos de arrendamentos	16	-	-	1.587	838
Ativo financeiro	15	-	-	16.409	15.820	Salários a pagar	20	211	161	2.015	1.674
Impostos a recuperar	6	1.011	575	8.832	6.664	Encargos sociais a pagar	20	102	346	1.435	2.165
Ativos destinados à aplicação nas concessões e se	7	-	-	3.559	5.423	Encargos tributários a pagar	19	699	1.408	10.269	21.224
Adiantamentos	8	145	117	9.043	8.221	Impostos e contribuições parcelados	21	370	72	8.878	3.944
Partes relacionadas	9	10.319	509	17.226	2.294	Partes relacionadas	9	7.524	3.304	1.206	1.443
Outros ativos circulantes		54	122	574	183	Adiantamentos de clientes	22	714	275	930	688
Dividendos a receber	12.b	86	-	-	-	Dividendos propostos	25.4	317	348	1.178	348
						Demais contas a pagar		-	-	1.060	2
<b>Não circulante</b>		<b>223.347</b>	<b>220.805</b>	<b>481.268</b>	<b>296.246</b>	<b>Não circulante</b>		<b>8.961</b>	<b>10.644</b>	<b>231.364</b>	<b>78.382</b>
Ativo financeiro	15	-	-	97.344	36.865	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	2.922	5.090	165.311	31.406
Partes relacionadas	9	6.985	7.627	21.973	17.808	Passivos de arrendamentos	16	-	-	12.795	11.872
Títulos de valores mobiliários	10	11.067	35.275	34.326	9.266	Impostos e contribuições parcelados	21	1.470	598	34.138	16.289
Impostos a recuperar	6	-	-	5.187	-	Impostos diferidos	23	-	-	15.736	9.016
Outros ativos não circulantes	11	17	6	975	861	Partes relacionadas	9	4.236	4.236	2.277	8.393
						Perda com investimentos	12	53	440	-	418
Investimentos	12	204.141	176.742	23.942	48.516	Provisão para contingências	24	280	280	1.107	988
Imobilizado	13	926	965	13.637	15.347	<b>Patrimônio líquido controladores</b>		<b>217.776</b>	<b>215.175</b>	<b>217.776</b>	<b>215.175</b>
Intangível	14	211	190	266.144	167.583	Capital social	25.1	167.338	167.338	167.338	167.338
Direito de Uso	16	-	-	17.740	-	Reserva de capital	25.5	(2.505)	(2.505)	(2.505)	(2.505)
						Reservas legal	25.3	2.651	2.318	2.651	2.318
						Reservas de lucros	25.2	50.292	48.024	50.292	48.024
						Participações de não controladores		-	-	59.757	17.000
<b>Total do ativo</b>		<b>240.650</b>	<b>236.600</b>	<b>595.608</b>	<b>399.384</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>217.776</b>	<b>215.175</b>	<b>277.533</b>	<b>232.175</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>240.650</b>	<b>236.600</b>	<b>595.608</b>	<b>399.384</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	26	371	2.807	222.735	163.205
Custos dos serviços prestados	27	-	(1.089)	(143.598)	(104.052)
Lucro bruto		371	1.718	79.137	59.153
Receitas (despesas) operacionais		563	(3.515)	(39.844)	(36.992)
Despesas gerais e administrativas	28	(10.061)	(8.831)	(33.761)	(30.677)
Despesas comerciais	28	(150)	(154)	(5.737)	(6.526)
Outras receitas (despesas)	29	9.791	8.029	(100)	(4.896)
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	983	(2.559)	(246)	5.107
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		934	(1.797)	39.293	22.161
Resultado financeiro	30	5.767	9.243	(16.046)	(2.512)
Despesas financeiras		(366)	(385)	(29.103)	(12.680)
Receitas financeiras		6.133	9.628	13.057	10.168
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.701	7.446	23.247	19.649
Imposto de renda e contribuição social	36	(32)	(118)	(11.836)	(15.909)
Corrente		(32)	(118)	(8.373)	(14.848)
Diferido		-	-	(3.463)	(1.061)
Lucro líquido do exercício		6.669	7.328	11.411	3.740
Atribuível aos controladores	31			6.669	7.328
Atribuível aos não controladores	31			4.742	(3.588)
Lucro por ação - Reais	31	0,0399	0,0483		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.669	7.328	11.411	3.740
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>6.669</b>	<b>7.328</b>	<b>11.411</b>	<b>3.740</b>
Atribuível aos controladores	-	-	6.669	7.328
Atribuível aos não controladores	-	-	4.742	(3.588)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado										
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		162.687	4.651	(2.505)	1.951	27.805	5.658	-	200.247	20.585	220.832
Aumento de capital		4.651	(4.651)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS 15/CPC 47	24.7	-	-	-	-	4.607	-	-	4.607	-	4.607
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	7.328	7.328	(3.588)	3.740
<i>Destinação:</i>											
Constituição da reserva legal		-	-	-	367	-	-	(367)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(348)	(348)	-	(348)
Resersão de dividendos do exercício de 2017		-	-	-	-	3.341	-	-	3.341	-	3.341
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	6.613	-	(6.613)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		167.338	-	(2.505)	2.318	42.366	5.658	-	215.175	17.000	232.175
Participação de não controladores por aquisição de controle em investidas	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	38.015	38.015
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	6.669	6.669	4.742	11.411
<i>Destinação:</i>											
Constituição da reserva legal		-	-	-	333	-	-	(333)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.4	-	-	-	-	-	-	(317)	(317)	-	(317)
Distribuição de dividendos	25.2	-	-	-	-	-	(3.751)	-	(3.751)	-	(3.751)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	6.019	-	(6.019)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		167.338	-	(2.505)	2.651	48.385	1.907	-	217.776	59.757	277.533

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	6.669	7.328	11.411	3.740
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	111	164	10.530	6.716
Amortização do direito de uso	-	-	2.185	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	1.014	342	1.043
Provisão para contingências	507	270	119	820
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	735	1.346	16.825	9.954
Juros apropriados sobre passivo de arrendamentos	-	-	2.222	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	118	80	5.076	432
Atualização sobre ativo financeiro	-	-	(12.796)	(6.463)
Tributos diferidos	-	-	6.720	1.061
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(6.123)	(9.605)	-	(3.181)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.828	1.558
Provisão para perdas - Aguas de Santo Antônio	4.531	-	-	-
Impairment ativo intangível (nota 12.c)	31.867	-	31.867	-
Ganho por compra vantajosa (nota 12.d)	(38.100)	-	(38.100)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(983)	2.559	246	(5.107)
Realização da "mais valia" sobre investimentos	831	738	831	738
<b>(Aumento)/redução nos ativos:</b>				
Contas a receber de clientes	(468)	9.058	(9.067)	11.900
Demais contas a receber e adiantamentos	(55)	(1.273)	2.610	4.367
Créditos tributários	(436)	(63)	(7.355)	(2.873)
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	1.864	1.215
Ativo financeiro (CIP) recebida	-	-	16.382	15.651
<b>Aumento/(redução) nos passivos:</b>				
Fornecedores	(188)	(145)	1.475	15.700
Encargos tributários a Pagar	(709)	256	(10.955)	13.988
Salários e encargos sociais a pagar	(194)	269	(389)	780
Impostos e contribuições parcelados	1.052	(114)	22.783	7.350
Adiantamentos de clientes	(439)	(11.636)	(242)	(11.355)
Demais contas a pagar	(1.364)	1.136	555	(1)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(911)	(1.330)	(8.873)	(6.954)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(3.549)</b>	<b>52</b>	<b>48.094</b>	<b>61.079</b>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(68)	(1.193)	(48.801)	(5.451)
Recebimento de títulos e valores mobiliários	30.749	2.752	21.992	4.090
Recebimento de juros sobre debêntures	9.097	-	9.097	-
Ativo financeiro (receita de construção)	-	-	(32.934)	(39.467)
Dividendos recebidos	370	4.836	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	(9.168)	(10.464)	(19.097)	(9.240)
Aumento de capital nas investidas	(24.940)	-	(7.859)	-
<b>Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>6.040</b>	<b>(4.069)</b>	<b>(77.602)</b>	<b>(50.068)</b>
<b>Terceiros:</b>				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.420	100.593	11.667
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(7.617)	-
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.695)	(2.013)	(22.813)	(25.562)
Amortização do passivo de arrendamentos	-	-	(1.849)	-
<b>Acionistas:</b>				
Empréstimos entre partes relacionadas	4.220	4.907	(6.353)	47
Lucros distribuídos	(3.751)	(270)	-	(270)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(2.226)</b>	<b>4.044</b>	<b>61.961</b>	<b>(14.118)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>265</b>	<b>27</b>	<b>32.453</b>	<b>(3.107)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>				
Início do exercício	32	5	3.116	6.223
Final do exercício	297	32	35.569	3.116
<b>Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>265</b>	<b>27</b>	<b>32.453</b>	<b>(3.107)</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas**

**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(valores expressos em Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas de prestação de serviços	385	3.051	236.394	173.970
Outros resultados	9.679	8.861	6.199	5.962
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.828)	(1.558)
	<b>10.064</b>	<b>11.912</b>	<b>240.765</b>	<b>178.374</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.489)</b>	<b>(7.846)</b>	<b>(155.835)</b>	<b>(126.297)</b>
Produtos químicos consumidos	-	-	(1.714)	(1.691)
Materiais consumidos	-	(1.013)	(6.709)	(3.259)
Energia elétrica	(83)	(67)	(24.714)	(21.113)
Outros custos de produtos e serviços	-	(77)	(11.714)	(5.064)
Custo de construção	-	-	(69.504)	(40.633)
Serviços de terceiros contratados	(4.143)	(3.252)	(22.366)	(8.789)
Perdas na realização e recuperação de ativos	-	-	(1.053)	7
Outras despesas operacionais	(1.263)	(3.437)	(18.061)	(45.755)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>4.575</b>	<b>4.066</b>	<b>84.930</b>	<b>52.077</b>
Depreciações e amortizações	(942)	(164)	(13.546)	(6.716)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>3.633</b>	<b>3.902</b>	<b>71.384</b>	<b>45.361</b>
Resultado da equivalência patrimonial	983	(2.559)	(246)	5.107
Receitas financeiras	6.133	9.628	13.057	10.168
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>10.749</b>	<b>10.971</b>	<b>84.195</b>	<b>60.636</b>
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta e benefícios	2.594	2.069	15.148	13.349
Remuneração Direta	2.230	1.860	12.184	11.311
Benefícios	252	58	1.943	1.061
FGTS	112	151	1.021	977
	<b>2.594</b>	<b>2.069</b>	<b>15.148</b>	<b>13.349</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Impostos, taxas e contribuições	643	848	28.427	30.481
Federais	628	697	24.888	25.682
Estaduais	15	18	173	376
Municipais	-	133	3.366	4.423
	<b>643</b>	<b>848</b>	<b>28.427</b>	<b>30.481</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Aluguéis	482	356	1.182	1.602
Juros e variações monetárias	361	370	28.027	11.464
Distribuição de dividendos	317	348	317	348
	<b>1.160</b>	<b>1.074</b>	<b>29.526</b>	<b>13.414</b>
<b>Lucro líquido do exercício não distribuído</b>	<b>6.352</b>	<b>6.980</b>	<b>6.352</b>	<b>6.980</b>
<b>Participação de não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.742</b>	<b>(3.588)</b>
<b>Total</b>	<b>10.749</b>	<b>10.971</b>	<b>84.195</b>	<b>60.636</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (“Companhia”, “Conasa” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR.

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 19 empresas, sendo 11 concessões ou Parcerias Público Privadas (“PPPs”) de saneamento básico, iluminação pública e, mais recentemente, rodovias, conforme descrito a seguir:

#### Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

No exercício findo em 2019, a Águas de Itapema emitiu debêntures incentivadas no valor de R\$ 100 milhões, com remuneração de IPCA+7,07% a.a., pagamento de juros e amortização semestrais e vencimento em outubro de 2027. As debêntures contam com cessão fiduciária dos recebíveis em garantia, alienação fiduciária das ações e garantia fidejussória da Conasa. A operação foi classificada pela agência internacional Moody’s como Risco Aa3.br (muito baixo risco de crédito). Os recursos foram e estão sendo destinados à ampliação e modernização da infraestrutura da concessão em Itapema, especialmente para ampliar a cobertura de esgoto e atender ao crescimento acelerado da cidade.

#### Sanesalto Saneamento S.A. (“Sanesalto”)

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2019, a Companhia encerrou o processo de aquisição iniciado em 2012, adquirindo os 50,05% restantes de ações. Com tal transferência de ações, a Companhia passou a deter 100% das ações da Sanesalto e a consolidar as demonstrações financeiras da controlada.

No exercício findo em 2019, a Sanesalto emitiu debêntures no valor de R\$ 55 milhões, com remuneração de CDI+4,00% a.a., pagamento de juros e amortização mensais e vencimento em dezembro de 2026. As debêntures contam com cessão fiduciária dos recebíveis em garantia e alienação fiduciária das ações. Os recursos foram destinados à quitação da 2ª emissão de debêntures, realizada em 2004.

#### ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A (“ASB”)

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. Ao final de 2019, a Conasa assumiu o controle da ASB, através de acordo de acionistas, consolidando por consequência ASB e Sanema.

#### Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. (“Sanema”)

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de locação dos ativos à CASAL por 30 anos após a entrega das obras, prevista para outubro de 2020. Ao final do exercício de 2019 a Conasa assumiu o controle da Sanema, em decorrência da assunção do controle da ASB.

#### Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. (“Sanesul”)

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária.

#### Águas de Meriti Ltda. (“Águas de Meriti”)

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti - RJ, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João do Meriti-RJ

Em decorrência do atraso no início de operação da Águas de Meriti, indicando potencial desvalorização do ativo registrado na aquisição, a Companhia

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

procedeu com a baixa contábil dos valores registrados de mais valia na Sanesul, detentora de 49% da Águas de Meriti.

#### **Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)**

A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos.

#### **Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (“Envimax”)**

A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquífero subterrâneo.

#### **Águas de Santo Antônio S.A. (“Águas de Santo Antônio”)**

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004.

Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

#### **Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)**

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficiência energética.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas (“PPP”) de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, Caraguala e MarabáLuz, destacadas abaixo.

#### **Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”)**

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficiência do parque de

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João do Meriti-RJ

#### Caraguá Luz S.A. (“CaraguaLuz”)

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a efficientização e gestão do parque de iluminação pública o município. O prazo de concessão é de 13 anos, contados a partir do início da prestação dos serviços em 2015.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2028	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Caraguatatuba-SP

#### Marabá Luz SPE S.A. (“MarabáLuz”)

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP.

#### Mauá Luz Ltda. (“Mauá Luz”)

A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A concessão administrativa é de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Mauá - SP

#### Construtora Luz de Mauá Ltda. (“Construtora LM”)

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de efficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.

#### Conasa SPE S.A. (“CONASA SPE”)

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

#### Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 100”)

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio Via Brasil arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil em 2018, a Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 100, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de duas praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 100 iniciou a cobrança do pedágio em dezembro de 2019.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão de trecho da rodovia MT 100	Mato Grosso

#### Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 320”)

Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil, a Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 320 em 12 de abril de 2019, com assunção da gestão das rodovias em 21 de maio de 2019.



Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT 320 e 208	Mato Grosso

### 1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente nos ramos de saneamento, iluminação pública e rodovias.

Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, notadamente durante as fases de investimento, necessidades de capital. A Companhia vem estruturando financiamentos para os investimentos das investidas e capitalizando-as, conforme necessidade.

A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é verificada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa. A Companhia dará o suporte necessário para a continuidade operacional de suas controladas.

Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócio de cada concessão que preveem fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As informações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

## 2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de março de 2020.

## 3. Apresentação das informações contábeis:

### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em

fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

### **3.3. Base de consolidação**

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação acionária	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Controladas diretas</b>		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (**)	34,03%	-
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	100,00%	100,00%
Sanesalto Saneamento S.A. (***)	100,00%	-
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Urbeluz Energética S.A. (**)	50,00%	50,00%
<b>Controladas indiretas</b>		
Alegrete RJ Participações S.A.	50,00%	50,00%
Caraguá Luz S.A.	30,00%	30,00%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	33,33%	33,33%
<b>Coligadas (*)</b>		
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (**)	-	34,03%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Sanesalto Saneamento S.A. (***)	-	49,95%
Via Brasil MT-100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	40,00%
Via Brasil MT-320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	40,00%
<b>Coligadas indiretas (*)</b>		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%

(\*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras.

(\*\*) ASB e Urbeluz são controladas através de acordo de acionistas, motivo da consolidação dos saldos.

(\*\*\*) Totalidade das ações adquiridas em 30 de dezembro de 2019, com transferência dos 51,05% restantes.

### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

### **3.5. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **3.5.1. Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

**(b) Transações com participação de não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", se existirem.

**(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação

forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.5.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante.

### **3.5.3 Ativos e passivos financeiros**

#### **3.5.3.1 Ativo Financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado.

- **Custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de

clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber.

#### **3.5.3.2 Passivo Financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **3.5.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

#### **3.5.5 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços**

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens

obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.5.6. Ativos financeiros de concessão**

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição. Posteriormente, o ativo financeiro é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (“TRAF”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura.

### **3.5.7. Ativos intangíveis**

#### **a) Intangível - Contratos de concessão**

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05 - Contratos de concessão.



Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

**b) Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

**c) Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

### 3.5.8. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação ao ano
Edificações	10 %
Instalações	10 %
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 %

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

### 3.5.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de

impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### **3.5.10. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **3.5.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.5.12. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 3.5.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja

controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### **3.5.14. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **3.5.15. Reconhecimento da receita**

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

**a) Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros conforme juros obtidos através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula, exceto em casos que o contrato estabeleça de forma objetiva o valor contratual envolvido, como no caso da controlada Sanema, estabelecendo margem entre o valor do contrato e o custo orçado. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

**c) Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

**d) Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor efetivamente recebido.

### **3.5.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### **3.6. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é apresentada como parte

integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais - IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### 3.7. Estimativas contábeis críticas e julgamentos críticos

A Companhia revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

**a) Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

**b) Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

**c) Impairment de Títulos e valores mobiliários - Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI):** a Companhia, por meio de sua controlada Sanetrat, possui registrado o saldo de R\$ 31.689 na rubrica de "Títulos e valores mobiliários" decorrente da aquisição de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI") conforme divulgado na nota explicativa 8, as quais possuem garantia real através de alienação fiduciária do imóvel vinculado às CCI. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito através da execução da alienação fiduciária bem como avalia a suficiência do valor justo do imóvel dado em garantia. Além disso, a Companhia vem acompanhando, com o apoio de seus assessores jurídicos, a evolução do processo judicial que permitirá a administração executar tal garantia.

**d) Impairment de ativo financeiro - Mútuo a receber:** a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 14.537 na rubrica de "Partes Relacionadas" decorrente de mútuos com sua parte relacionada Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, que



também é acionista da Urbeluz, conforme divulgado na nota explicativa 15. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito e a capacidade de pagamento da contraparte. A Companhia vem acompanhando, com o apoio de seus assessores jurídicos, a evolução do caso. Durante o ano de 2019, a Companhia obteve na justiça o direito de penhora de recebíveis futuros detidos pela Cobrapar, os quais serão utilizados para quitação do mútuo a receber.

**e) Receitas a faturar:** a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 9.110 (R\$ 8.812 em 2018) na rubrica de "Contas a Receber" decorrente de faturamentos realizados através de suas investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações S.A. dos contratos de "PPPs" com os municípios de Caraguatatuba e São João do Meriti, respectivamente, onde é reconhecido a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pelas prefeituras logo após o emprenho e autorização da secretaria da fazenda de cada município. A Companhia realiza estas estimativas e reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa 5.

**f) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.5.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

### 3.8. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração

do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa" ou "Mais Valia".

### 3.9. Mudanças em políticas contábeis

#### 3.9.1. Novas normas que está em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas e estão em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, a qual não teve impactos relevantes para a Companhia e suas controladas no início do exercício.

. CPC 06(R2) / IFRS 16 - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

Com relação aos efeitos do IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases, a controlada Águas de Itapema firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. Conforme o IFRS 16 / CPC 06(R2), a partir da entrega definitiva do imóvel, que se deu em dezembro de 2018, assim, o contrato de locação foi reconhecido como passivo e os ativos reversíveis foram reconhecidos como ativos intangíveis da controlada (direito de uso). Esses foram os principais impactos, e a Companhia acompanhou demais situações e finalizou o processo de avaliação de sua adoção plena já no início do exercício de 2019.

A Companhia e suas controladas aplicaram a abordagem de transição simplificada e não rerepresentará os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades foram mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

A Companhia e suas controladas, registraram na adoção dessa norma a contabilização de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento nos valores de R\$ 2.673, respectivamente, além da reclassificação do "Built

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

to *Suit*” que já estava registrado em 2018 como ativo intangível, como arrendamento financeiro.

. ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia e suas controladas, avaliaram e adotaram a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e saldos em conta corrente	15	11	2.311	376
Aplicação liquidez imediata (a)	282	21	33.258	2.740
	<b>297</b>	<b>32</b>	<b>35.569</b>	<b>3.116</b>

As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI (100% do CDI em 2018).

#### 5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber - saneamento	-	-	14.364	9.499
Contas a receber - partes relacionadas	1.200	732	25	275
Contas a receber - iluminação pública	-	-	7.440	3.083
Contas a receber - demais clientes	-	-	453	247
Fornecimento a faturar (*)	-	-	9.110	8.812
(-) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	-	-	(8.264)	(6.027)
	<b>1.200</b>	<b>732</b>	<b>23.128</b>	<b>15.889</b>

(\*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

campo das PPPs em contratos de iluminações pública, conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas conforme CPC 47/IFRS 15. A provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. A Companhia e suas controladas avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.

Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer - faturados	1.200	732	7.318	3.011
A vencer - a faturar	-	-	9.110	8.812
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	3.256	3.003
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	485	1.891
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	3.275	1.473
Vencidos acima de 180 dias	-	-	7.948	3.726
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(8.264)	(6.027)
	<b>1.200</b>	<b>732</b>	<b>23.128</b>	<b>15.889</b>

### 5.1 Movimentação das Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	6.027	4.469
Atualização / Reversão PCLD	(808)	(854)
Créditos provisionados no exercício	3.045	2.412
Saldos finais	<b>8.264</b>	<b>6.027</b>

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a administração da Companhia e de suas controladas, decidiram constituir provisão estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 8.264.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>				
PIS a recuperar	-	-	442	82
COFINS a recuperar	-	-	2.033	367
ISS a recuperar (a)	-	499	16	515
INSS a compensar (b)	-	-	2.383	2.051
IRRF a compensar	981	-	3.350	854
IRPJ a recuperar	-	46	334	1.902
CSLL a recuperar	-	-	211	834
Outros impostos a recuperar	30	30	63	59
	<b>1.011</b>	<b>575</b>	<b>8.832</b>	<b>6.664</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
PIS a recuperar sobre Intangível	-	-	401	-
COFINS a recuperar sobre intangível	-	-	1.846	-
PIS a recuperar	-	-	80	-
COFINS a recuperar	-	-	396	-
IRPJ a recuperar	-	-	1.791	-
CSLL a recuperar	-	-	673	-
	-	-	<b>5.187</b>	-
	<b>1.011</b>	<b>575</b>	<b>14.019</b>	<b>6.664</b>

(a) O ISS a recuperar na controladora refere-se à retenção na prestação de serviços em contrato emergencial com o município de Palhoça - SC que se encerrou em 2016, com retenção de 5% e valor devido efetivo de 2%. Como a expectativa de recebimento é remota, a Administração realizou a baixa por impairment.

(b) A controlada Urbeluz possui créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, sendo que utilizará os créditos para compensação de INSS dentro do próximo exercício.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

Estoques nas concessões e PPPs são classificados como ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços a serem prestados e são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Materiais de uso e consumo	524	358
Bombas e equipamentos	296	318
Tubos e conexões para água	137	121
Tubos e conexões para esgoto	913	950
Postes e acessórios	42	293
Fios e cabos	128	243
Lâmpadas e luminárias	802	1.658
Reatores e relês	166	201
Ferragens e acessórios	-	250
Ar condicionados e ventiladores	46	-
Outros materiais para manutenção	505	224
Mercadoria para aplicação - adiantamento	-	807
	<b>3.559</b>	<b>5.423</b>

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda destes ativos e avaliou

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

## 8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a funcionários	28	14	163	84
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	8.763	7.582
Outros	117	103	117	555
	<u>145</u>	<u>117</u>	<u>9.043</u>	<u>8.221</u>

Adiantamentos a fornecedores realizados durante o período, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos de concessão que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses. Destacam-se as controladas Itapema (R\$ 942), Urbeluz (R\$ 7.656). Os referidos valores não sofrem atualização monetária.

## 9. Partes relacionadas

### 9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações</b>				
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	9.684	-	9.684	-
Seven Apoio Administrativo Ltda	-	-	343	-
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	3.766	-
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (f)	-	-	2.798	-
Consórcio Construtor Catarinense	635	509	635	509
	<u>10.319</u>	<u>509</u>	<u>17.226</u>	<u>509</u>
<b>Mútuos</b>				
Consórcio Caraguá	-	-	-	1.123
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	-	662
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.785</u>
	<u>10.319</u>	<u>509</u>	<u>17.226</u>	<u>2.294</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações</b>				
Envimax Serviços Ambientais S.A.	61	33	-	-
Maua Luz Ltda	266	266	266	266
Águas de Santo Antônio (c)	11.626	8.437	11.626	-
Urbeluz Energética S.A. (a)	4.547	4.547	-	-
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A (d)	2.111	1.646	-	-
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (a)	-	1.130	-	1.131
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (f)	-	-	5.597	-
Concessionária Águas de Meriti Ltda (a)	-	-	547	831
Marabá Luz Ltda	-	-	59	-
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	-	5	-	5
	<u>18.611</u>	<u>16.064</u>	<u>18.095</u>	<u>2.233</u>
<b>Mútuos</b>				
Cobrapar Companhia Brasileira de Participações Ltda (b)	-	-	14.537	14.537
Outros	-	-	967	1.038
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.504</u>	<u>15.575</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(11.626)	(8.437)	(11.626)	-
	<u>6.985</u>	<u>7.627</u>	<u>21.973</u>	<u>17.808</u>
	<u>17.304</u>	<u>8.136</u>	<u>39.199</u>	<u>20.102</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Mútuos a pagar</b>				
Águas de Itapema	2.050	1.954	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	2.811	1.345	-	1.345
Sanetrat Saneamento S.A.	146	-	-	-
Via Brasil MT 320 Concessionaria de Rodovias S.A.	1.166	5	1.166	5
Conasa-SPE	1.351	-	-	-
MLF Consultoria Ltda	-	-	-	53
GPI Participações em Investimentos	-	-	40	40
	<b>7.524</b>	<b>3.304</b>	<b>1.206</b>	<b>1.443</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Consórcio Caraguá	-	-	2.277	-
Sanesalto Saneamento S.A. (e)	4.236	4.236	-	8.393
	<b>4.236</b>	<b>4.236</b>	<b>2.277</b>	<b>8.393</b>
	<b>11.760</b>	<b>7.540</b>	<b>3.483</b>	<b>9.836</b>

(a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos. Cabe mencionar, que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. Os AFACs serão convertidos quando da autorização pelas assembleias gerais ou reunião de sócios das investidas para aumento de capital.

(b) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, para investimento desta em Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”). O vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, em 6 de março de 2017 a Companhia ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado.

A Urbeluz solicitou, judicialmente, que parte dos valores referentes à venda dos projetos de PCHs de propriedade da Cobrapar fossem bloqueados como garantia de pagamento do mútuo acima informado. Em 17/12/2019 foi deferido o pedido do bloqueio dos recebíveis.

A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia (43%), e o valor poderá ser realizado por meio de retenção de proventos ao acionista devedor, bem como retenção de distribuição de dividendos, ou as próprias ações.

Em 2019, a Urbeluz obteve decisão favorável no processo de execução, com a penhora de recebíveis de titularidade da Cobrapar, conforme decisão 0701369-23.2017.8.07.0001 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A Companhia cessou o reconhecimento de juros remuneratórios do mútuo com a Cobrapar em 31 de dezembro de 2016, como provisão sobre saldos. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo atualizado do mútuo era de R\$ 24.147.

(c) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados à Companhia, foram provisionados para perdas devido riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, resolveu constituir a provisão para perda.

- (d) A Sanesul realizou aportes destinados a concessão da Águas de Meriti Ltda., que parte já foram convertidos em integralização de capital, e o restante em períodos subsequentes. Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda.
- (e) Com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, a controladora e coligadas adquiriram junto a Sanesalto Saneamento S/A créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Sendo a controladora no valor de R\$ 4.236, as coligadas Companhia Águas de Itapema R\$ 2.918 e Sanetrat Saneamento S/A R\$ 689. Os saldos serão liquidados em até 60 (sessenta meses) a contar da data da cessão do crédito.
- (f) Em 30 de dezembro de 2019, com o recebimento da liquidação das suas debêntures, a controlada Conasa-SPE firmou contrato de mútuo entre partes relacionadas com a Zetta Infraestrutura S/A, onde foi aplicado juros remuneratórios de 8,75% ao ano, a ser liquidado em 24 parcelas, iniciando-se o pagamento em 30 de maio de 2020. Como garantia do valor do empréstimo a Zetta Infraestrutura S.A. aliena suas ações da Empresa, todos os direitos econômicos, assim como todos os certificados, cautelas e outros documentos relativos às ações alienadas.

Como incremento de sua receita, a controladora possui veículos, máquinas e equipamentos que são alugados às suas investidas para utilização dentro de suas operações. Os valores são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras das investidas que consolidam.

A Companhia presta serviços administrativos compartilhados em escritório central em Londrina-PR. Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa. As outras receitas operacionais, são determinadas em sua maioria, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

## **9.2. Avaliação do valor recuperável**

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados durante o prazo da concessão ou PPPs.

Até o momento, não identificaram perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas, exceto às relacionadas a Águas de Santo Antônio.

## **9.3. Remuneração dos administradores**

A Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores de R\$ 1.200 por ano. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações. No exercício de 2019 os administradores tiveram reajuste com base no IGP-M acumulado do período e receberam o montante de R\$ 1.253, sendo o valor remunerado de R\$ 1.200 no exercício de 2018.



## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Títulos de valores mobiliários

##### 10.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Títulos de valores mobiliários</b>				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	-	11.771	-	13.839
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (d)	4.191	1.937	-	-
Cédula crédito imobiliário (b)	-	-	-	31.689
	<u>4.191</u>	<u>13.708</u>	<u>-</u>	<u>45.528</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Títulos de valores mobiliários</b>				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	-	-	-	9.218
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	9.084	31.889	-	-
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (d)	1.983	3.386	-	-
Cédula crédito imobiliário (b)	-	-	31.689	-
Aplicações financeiras permanentes	-	-	2.637	48
	<u>11.067</u>	<u>35.275</u>	<u>34.326</u>	<u>9.266</u>
<b>Total de títulos de valores mobiliários</b>	<u>15.258</u>	<u>48.983</u>	<u>34.326</u>	<u>54.794</u>

##### 10.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>48.983</b>	<b>54.794</b>
( - ) Recebimentos do principal	(30.751)	(15.435)
( - ) Recebimentos de juros	(9.097)	(7.621)
( + ) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	427	-
( + ) Atualização de juros sobre saldo devedor	5.696	2.588
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.258</b>	<b>34.326</b>

(a) A Companhia e a controlada Conasa SPE S.A., que detinham, respectivamente, 7.508 e 7.200 debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., receberam o valor integral do saldo devedor em 30 de dezembro de 2019 com a liquidação antecipada das debêntures pela controlada.

(b) Em 30 de maio de 2014 e 5 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCIs securitizaram os recebíveis de Contrato de Arrendamento, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A CCI foi emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT, devidamente registrada na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”).

Em relação à alienação fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor contábil das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado em março de 2019 pelo valor total de R\$ 43.338, sendo em 31 de dezembro de 2019 o valor atualizado das CCIs de R\$ 61.382.

A BFG adquiriu o Imóvel em ação de falência da IFC - International Food Company Indústria de Alimentos S.A., Processo n.º 0039687-52.2008.8.26.0309 em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiá, Estado de São Paulo (“Ação de Falência IFC”) e o arrendou para a Marfrig. Após a emissão das CCIs e constituição da Alienação Fiduciária com autorização, a Ação de Falência IFC determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos parcialmente à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somavam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizavam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio da IFC com bancos comerciais (“ACC”). Com o arresto dos recebíveis do arrendamento, os ACC foram quitados.

Com a quitação dos ACCs, a Sanetrat obteve decisão em 1ª e 2ª instâncias para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs. No julgamento do mérito de ambos os agravos, o mais recente em 27 de março de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão de 1ª instância, favorável à Sanetrat.

Após a decisão e desbloqueio do Imóvel no ambiente da Ação de Falência IFC, a Brasil Foodservice Manager S.A., controlada da BFG, teve sua falência decretada no âmbito do Processo n.º 0411258-46.2014.8.19.0001 em trâmite perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Ação de Falência BFM”).

Na Ação de Falência BFM, a Massa Falida instaurou o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica n.º 0053624-29.2018.8.19.0001 (“IDPJ”), pretendendo a extensão dos efeitos da Ação de Falência BFM para BFG e requerendo, liminarmente, o arresto de diversos bens, entre os quais o Imóvel.

A Sanetrat opôs Embargos de Terceiro objetivando cancelamento do arresto sobre o Imóvel em função de a Alienação Fiduciária ter sido regularmente constituída antes da Ação de Falência BFM e da instauração do IDPJ.

Em que pese a necessidade de análise dos Embargos de Terceiros, a alienação fiduciária do Imóvel foi regularmente registrada na matrícula do Imóvel. Ademais, ainda que a BFG, que é requerida no IDPJ, venha a ter contra si estendidos os efeitos da Falência, a Alienação Fiduciária do Imóvel deverá prevalecer, pois foi legal e corretamente constituída.

A Alienação Fiduciária e as próprias emissões das CCIs em nenhum momento foram questionadas judicialmente.

- (c) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante de R\$ 9.084 (R\$ 31.889 em 2018), de emissão de sua controlada Companhia Águas de Itapema, com vencimento em 2 de julho de 2029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M.
- (d) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R\$ 6.174 (R\$ 5.323 em 2018) de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a.

## 11. Outros ativos não circulantes

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica “outros ativos não circulantes” estão compostos de depósitos recursais, de investimentos em MIP (manifestação de interesse da iniciativa privada), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos recursais	17	6	399	285
Investimentos em MIP's (a)	-	-	576	576
	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>975</b>	<b>861</b>

- (a) MIP's (Manifestação de interesse privado) são gastos autorizados pelos municípios para avaliação de eficiência da iluminação pública para os processos de licitação. Caso a Urbeluz ganhe a licitação será ressarcida no ato ou conforme negociado em contrato. Desses investimentos, a Urbeluz foi vencedora em Marabá - PA para o qual o ressarcimento será efetuado pela própria concessão. Em Brasília - DF, Campos do Goytacazes - RJ e Rio das Ostras - RJ, a Urbeluz foi autorizada a fazer os estudos técnicos, jurídicos e econômicos, os quais estão em fase de avaliação dos documentos. Foram baixados em 2018 para o resultado as MIP's para as quais há baixa expectativa de realização ou cujos processos não avançaram nos prazos usuais de mercado.

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento
%			%			
<b>Investimentos (ativo):</b>						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	35.003	35.003	100,00%	34.727	34.727
Sanesalto Saneamento S.A. (*)	100,00%	51	51	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	42.006	42.006	100,00%	41.985	41.985
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	751	675	89,91%	4.496	4.042
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	16.612	8.306	50,00%	14.918	7.459
Mauá Luz Ltda.	20,00%	13.010	2.602	20,00%	6.020	1.204
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	45.085	9.017	20,00%	36.890	7.378
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	57.226	19.474	34,03%	6.879	2.341
Conasa SPE S.A.	99,99%	1.458	1.458	99,99%	712	712
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	9.803	3.921	40,00%	16.165	6.466
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	14.493	5.797	20,00%	-	-
		<b>235.498</b>	<b>128.310</b>		<b>162.792</b>	<b>106.314</b>
<b>Mais Valia em coligadas/controladas</b>						
Sanesalto Saneamento S.A. (b)			62.063			24.268
Urbeluz Energética S.A. (a)			12.521			13.046
Sanesul Construtora de Saneamento S.A. (c)			-			31.867
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.			1.247			1.247
			<b>75.831</b>			<b>70.428</b>
			<b>204.141</b>			<b>176.742</b>
<b>Perda com investimentos (passivo)</b>						
Conasa SPE S.A.	-	-	-	99,99%	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	-	49,95%	(837)	(418)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais	100,00%	(53)	(53)	100,00%	(22)	(22)
		<b>(53)</b>	<b>(53)</b>		<b>(859)</b>	<b>(440)</b>
<b>Saldo líquido de investimento</b>			<b>204.088</b>			<b>176.302</b>

- a) Conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia, como adquirente, registrou mais valia na aquisição da Urbeluz em 2015, com identificação de valor justo na aquisição de R\$ 26.027 e valor pago na aquisição de R\$ 23.322
- b) Em 31 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da Sanesalto, tendo como condições suspensivas: (i) autorização do Poder Concedente para troca de controle; (ii) autorização dos debenturistas da 2ª Emissão para troca de controle. Após obtenção de autorização do Poder Concedente, a Sanesalto não obteve aprovação dos debenturistas para troca de controle. Em 30 de março de 2015, a Controladora adquiriu 48,08% das ações da Sanesalto e após avaliação por empresa independente, que elaborou Laudo de alocação de

preço de compra, registrou a mais valia no valor de R\$ 24.974, com a entrega do restante das ações após: (i) quitação integral das debentures da 2ª Emissão; ou (ii) aprovação pelos debenturistas da 2ª Emissão. Em 30 de dezembro de 2019, a Sanesalto quitou a 2ª Emissão. Em decorrência da quitação, as ações restantes foram liberadas para transferência à CONASA e conseqüentemente assunção do controle da Sanesalto pela Companhia. Com a finalização da aquisição da Sanesalto e assunção do controle, conforme exigência do CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia, como adquirente, deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultantes abrangentes, conforme apropriado. A Companhia elaborou novo laudo de Alocação de Preço de Compra e identificou mais valia de R\$ 62.063, considerando valor pago de R\$ 0, em decorrência da situação econômica pretérita à aquisição em 2012. Como na aquisição de 2015 (48,08%), a Companhia havia realizado e reconhecido a mais valia sobre a aquisição, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 na aquisição em estágios, registrou-se a baixa de R\$ 23.962, já considerando a amortização realizada até o momento no processo. O ganho reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 38.100 contempla o ganho na remensuração da participação anterior de R\$ 7.020 e ganho por compra vantajosa da participação remanescente de R\$ 31.080.

- c) A Sanesul, detentora de 49% da Águas de Meriti, foi adquirida pela Companhia em 2014 por R\$ 4.548. No processo de aquisição, conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3, foi identificada mais valia na combinação de negócios no valor de R\$ 31.867. A coligada Águas de Meriti não concluiu no prazo estipulado pela Administração o início de implantação do projeto no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão encontra-se assinado e válido, tendo como documento acessório Contrato de Interdependência entre Município concedente e a CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos, companhia de saneamento do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2016, a CEDAE vem se recusando a aplicar os dispositivos previstos no Contrato de Interdependência. Em 2019, devido ao fato citado acima, a Administração da Companhia registrou provisão para impairment da mais valia registrada no projeto no valor de R\$ 31.867, dada a incerteza de início de faturamento da concessão e dos próprios termos contratuais, em que pese a validade do contrato vigente.

A controladora amortiza a mais valia de seus investimentos de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de negócios. As amortizações das mais valias de investimentos estão atreladas às expectativas de geração de valor de cada investida e são realizadas de forma não linear.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento
%			%			
<b>Investimentos (ativo):</b>						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	-	-	34,03%	6.879	2.341
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%	5.316	2.605	49,00%	4.497	2.204
Via BrasilMT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	9.803	3.921	40,00%	16.165	6.466
Via BrasilMT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	14.493	5.797	-	-	-
Mauá Luz Ltda	20,00%	13.010	2.602	20,00%	6.020	1.204
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	45.085	9.017	20,00%	36.890	7.378
		<b>87.707</b>	<b>23.942</b>		<b>70.451</b>	<b>19.593</b>
<b>Mais valia sobre ativos:</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	-	49,95%	-	24.268
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	-	-	34,03%	-	1.247
						<b>25.515</b>
<b>Agio na aquisição de investimentos</b>						
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%	-	-	49,00%	-	3.408
						<b>3.408</b>
<b>Total de ativos</b>			<b>23.942</b>			<b>48.516</b>
<b>Perda com investimento (passivo)</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	-	-	49,95%	-	(418)
						<b>(418)</b>
<b>Total de investimentos</b>			<b>23.942</b>			<b>48.098</b>

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Movimentação dos investimentos

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2018	Aporte/ aumento de capital	Realização de mais valia	Baixa por Impairment	Dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Outros	Saldo em 31/12/2019
<b>Investimentos (ativo):</b>									
Companhia Águas de Itapema (a)	34.727	-	-	-	(86)	362	-	-	35.003
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	-	(4.531)	-	1.697	2.834	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	-	-	-	886	-	(835)	51
Sanetrat Saneamento S.A.	41.985	-	-	-	(417)	438	-	-	42.006
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	4.042	-	-	-	-	(3.367)	-	-	675
Urbeluz Energética S.A.	7.459	-	-	-	-	847	-	-	8.306
Mauá Luz Ltda	1.204	-	-	-	-	1.398	-	-	2.602
Construtora Luz de Mauá Ltda	7.378	-	-	-	-	2.562	-	(923)	9.017
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	2.341	16.815	-	-	-	318	-	-	19.474
Conasa SPE	712	725	-	-	-	21	-	-	1.458
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.466	-	-	-	-	(2.545)	-	-	3.921
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.400	-	-	-	(1.603)	-	-	5.797
	<b>106.314</b>	<b>24.940</b>	<b>-</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(503)</b>	<b>1.014</b>	<b>2.834</b>	<b>(1.758)</b>	<b>128.310</b>
<b>Mais valia sobre ativos:</b>									
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	24.268	-	(305)	-	-	-	-	38.100	62.063
Urbeluz Energética S.A.	13.046	-	(525)	-	-	-	-	-	12.521
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (c)	31.867	-	-	(31.867)	-	-	-	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	-	-	-	1.247
	<b>70.428</b>	<b>-</b>	<b>(830)</b>	<b>(31.867)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.100</b>	<b>75.831</b>
	<b>176.742</b>	<b>24.940</b>	<b>(830)</b>	<b>(36.398)</b>	<b>(503)</b>	<b>1.014</b>	<b>2.834</b>	<b>36.342</b>	<b>204.141</b>
<b>Perda com investimento (passivo):</b>									
Conasa SPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	(418)	-	-	-	-	-	-	418	-
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(22)	-	-	-	-	(31)	-	-	(53)
	<b>(440)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>418</b>	<b>(53)</b>
	<b>176.302</b>	<b>24.940</b>	<b>(830)</b>	<b>(36.398)</b>	<b>(503)</b>	<b>983</b>	<b>2.834</b>	<b>36.760</b>	<b>204.088</b>

- a) O saldo dos dividendos mínimos obrigatórios a receber na controladora refere-se a Companhia Águas de Itapema.
- b) Com a aquisição de 100% das ações da Sanesalto e a aquisição do respectivo controle, foi apurado incremento de R\$ 38.100 de mais valia.
- c) Foi realizado a baixa por impairment da concessão de Águas de Meriti, através da Sanesul, em virtude de não existir expectativas de realização dos saldos.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Aporte/ aumento de capital	Realização de mais valia	Dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Dividas assumidas pela controladora	Outros	
<b>Investimentos (ativo):</b>								
Companhia Águas de Itapema	34.829	-	-	(4.261)	4.159	-	-	34.727
Companhia Águas de Santo Antônio	5.034	-	-	-	(3.898)	(1.136)	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	43.005	-	-	-	(297)	-	(723)	41.985
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	5.409	-	-	-	(1.367)	-	-	4.042
Urbeluz Energética S.A	13.642	-	-	-	(6.183)	-	-	7.459
Mauá Luz Ltda	-	20	-	-	1.179	-	5	1.204
Construtora Luz de Mauá Ltda	-	20	-	-	4.215	-	3.143	7.378
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	2.000	-	-	343	-	(2)	2.341
Conasa SPE	-	1.224	-	-	(455)	-	(57)	712
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.200	-	-	(734)	-	-	6.466
	<b>101.919</b>	<b>10.464</b>	<b>-</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(3.038)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>2.366</b>	<b>106.314</b>
<b>Mais valia sobre ativos:</b>								
Sanesalto Saneamento S.A.	24.849	-	(581)	-	-	-	-	24.268
Urbeluz Energética S.A.	13.203	-	(157)	-	-	-	-	13.046
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	31.867	-	-	-	-	-	-	31.867
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.250	-	-	-	-	-	(3)	1.247
	<b>71.169</b>	<b>-</b>	<b>(738)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>70.428</b>
	<b>173.088</b>	<b>10.464</b>	<b>(738)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(3.038)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>2.363</b>	<b>176.742</b>
<b>Perda com investimento (passivo):</b>								
Conasa SPE	(57)	-	-	-	-	-	57	-
Sanesalto Saneamento S.A.	(912)	-	-	-	494	-	-	(418)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(4)	-	-	-	(15)	-	(3)	(22)
	<b>(973)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>479</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>(440)</b>
	<b>172.115</b>	<b>10.464</b>	<b>(738)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(2.559)</b>	<b>(1.136)</b>	<b>2.417</b>	<b>176.302</b>



## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Aporte/ aumento de capital	Baixa por Impairment	Equivalência patrimonial do exercício	Outros / Reclassificações	
<b>Investimentos (ativo):</b>						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	2.341	-	-	-	(2.341)	-
Concessionária Águas de Meriti	2.204	459	-	(58)	-	2.605
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.466	-	-	(2.545)	-	3.921
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.400	-	(1.603)	-	5.797
Maua luz Ltda.	1.204	-	-	1.398	-	2.602
Construtora Luz de Maua Ltda.	7.378	-	-	2.562	(923)	9.017
	<b>19.593</b>	<b>7.859</b>	-	<b>(246)</b>	<b>(3.264)</b>	<b>23.942</b>
<b>Mais valia sobre ativos:</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	24.268	-	-	-	(24.268)	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	(1.247)	-
	<b>25.515</b>	-	-	-	<b>(25.515)</b>	-
<b>Ágio sobre aquisição</b>						
Concessionária Águas de Meriti	3.408	-	(3.408)	-	-	-
	<b>3.408</b>	-	<b>(3.408)</b>	-	-	-
	<b>48.516</b>	<b>7.859</b>	<b>(3.408)</b>	<b>(246)</b>	<b>(28.779)</b>	<b>23.942</b>
<b>Perda com investimento (passivo):</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	(418)	-	-	-	418	-
	<b>48.098</b>	<b>7.859</b>	<b>(3.408)</b>	<b>(246)</b>	<b>(28.361)</b>	<b>23.942</b>

Nas informações contábeis consolidadas, a “mais valia” das controladas são registradas no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à valor justo dos ativos relacionados às concessões. Em 2019, a Sanesalto e ASB foram reclassificadas por fazerem parte da consolidação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a baixa por impairment da mais valia da controlada Sanesul no montante de R\$ 31.867 pelos atrasos na implantação do projeto e reflexo na expectativa de realização, assim como o ágio da coligada Concessionária Águas de Meriti no montante de R\$ 3.408.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Aporte/ aumento de capital	Realização de mais valia	Equivalência patrimonial do exercício	Outros	Saldo em 31/12/2018
<b>Investimentos (ativo):</b>						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	2.000	-	343	(2)	2.341
Concessionária Águas de Meriti	2.594	-	-	(390)	-	2.204
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.200	-	(734)	-	6.466
Maua luz Ltda.	-	20	-	1.179	5	1.204
Construtora Luz de Maua Ltda.	-	20	-	4.215	3.143	7.378
	<b>2.594</b>	<b>9.240</b>	<b>-</b>	<b>4.613</b>	<b>3.146</b>	<b>19.593</b>
<b>Mais valia sobre ativos:</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	24.849	-	(580)	-	-	24.268
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.250	-	-	-	(3)	1.247
	<b>26.099</b>	<b>-</b>	<b>(580)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>25.515</b>
<b>Ágio sobre aquisição</b>						
Concessionária Águas de Meriti	3.408	-	-	-	-	3.408
	<b>3.408</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.408</b>
	<b>32.101</b>	<b>9.240</b>	<b>(580)</b>	<b>4.613</b>	<b>3.143</b>	<b>48.516</b>
<b>Perda com investimento (passivo):</b>						
Sanesalto Saneamento S.A.	(912)	-	-	494	-	(418)
	<b>31.189</b>	<b>9.240</b>	<b>(580)</b>	<b>5.107</b>	<b>3.143</b>	<b>48.098</b>

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Sintético das Controladas e Coligadas								
	Controladas / coligadas	Capital social	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Participação de não controladores	Patrimonio Líquido (passivo a descoberto) das Investidas em 31/12/2019
<b>Controladas</b>								
Companhia Aguas de Itapema	Direta	32.175	100%	190.094	155.091	361	-	35.003
Sanesalto Saneamento S/A	Direta	14.574	100,00%	59.111	59.060	886	-	51
Sanetrat Saneamento S/A	Direta	40.648	100%	43.529	1.523	438	-	42.006
Conasa SPE S.A.	Direta	3.241	99,99%	11.592	10.134	22	-	1.458
Urbeluz Energetica S.A	Direta	20.051	50%	124.207	95.742	1.694	11.853	28.465
Sanesul Construtora e Saneamento do Sul S/A	Direta	35.363	89,91%	3.157	2.406	(3.745)	(378)	(3.745)
Envimax Consultoria e Serviços	Direta	1.749	100,00%	7	61	(31)	-	(53)
<b>Coligadas diretas</b>								
Maua Luz Ltda	Direta	100	20,00%	103.813	90.800	6.992	10.410	13.013
Construtora Luz de Mauá Ltda	Direta	100	20,00%	70.707	25.620	12.810	36.069	45.086
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S/A.	Direta	55.300	34,03%	67.673	8.676	933	38.920	58.996
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	Direta	18.000	40%	19.413	74.223	(6.362)	5.882	9.803
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	Direta	18.500	40%	17.320	21.189	(4.009)	8.695	14.491
<b>Controladas indiretas</b>								
Alegrete Participações RJ S.A.	Indireta	2.334	100,00%	37.856	41.364	(2.395)	-	(3.378)
Caraguá Luz S.A.	Indireta	21.000	60,00%	52.092	22.460	9.070	11.853	29.632
<b>Coligadas indiretas</b>								
Concessionária Aguas de Meriti Ltda	Indireta	18.653	49%	5.531	216.549	(120)	2.293	4.497

## 12.1 Testes de *impairment*

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada empresa individual como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão, considerando o crescimento vegetativo, a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 10,72% a.a. a 17,51% a.a. para o segmento de saneamento (Sanesalto, ASB/Sanema e Águas de Meriti/Sanesul) e de 13,30% a.a. a 18,65% a.a. para o segmento de energia (Urbeluz/Alegrete e CaraguaLuz). A análise de *impairment* inclui teste de sensibilidade, onde cada principal premissa (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto) foi sensibilizada individualmente em condição desfavorável de 10%, os cenários de sensibilidade aplicados não indicaram um cenário de reconhecimento de perdas por *impairment*.

No caso de empresas pré-operacionais, como ASB/Sanema, a mensuração teve como premissa a execução dos planos de negócios aprovado pelos conselhos das empresas investidas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado dos testes de *impairment*, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que mais valias e ágios poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras, exceto pela provisão por *impairment* registrada sobre a mais valia de Águas de Meriti (através da investida Sanesul) no montante de R\$ 31.867 na controladora, assim como a baixa por *impairment* do ágio no valor de R\$ 3.408 diretamente na investida Sanesul.

## 13. Imobilizado

### 13.1. Composição

	(% ) Taxa a.a. Deprec.	Controladora			
		31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(10)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	606	(521)	85	138
Equipamentos de informática	20	454	(412)	42	43
Móveis e utensílios	10	213	(149)	64	36
Veículos	20	772	(737)	35	48
Terrenos	-	700	-	700	700
		<b>2.755</b>	<b>(1.829)</b>	<b>926</b>	<b>965</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa (%) a.a.	Consolidado			
		31/12/2019			31/12/2018
		Deprec.	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	25	(17)	8	10
Máquinas e equipamentos	10	3.180	(2.006)	1.174	1.389
Equipamentos de informática	20	1.408	(1.008)	400	417
Móveis e utensílios	10	824	(513)	311	303
Veículos	20	6.079	(4.186)	1.893	2.490
Benfeitorias em imóveis	20	6.756	(3.384)	3.372	4.259
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Obras em andamento	-	109	-	109	109
		<b>24.751</b>	<b>(11.114)</b>	<b>13.637</b>	<b>15.347</b>

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

### 13.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	138	2	(55)	85
Equipamentos de informática	43	17	(18)	42
Móveis e utensílios	36	34	(6)	64
Veículos	48	15	(28)	35
Terrenos	700	-	-	700
	<b>965</b>	<b>68</b>	<b>(107)</b>	<b>926</b>

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Instalações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	198	-	-	(60)	138
Equipamentos de informática	46	27	-	(30)	43
Móveis e utensílios	47	2	-	(13)	36
Veículos	107	-	-	(59)	48
Terrenos	700	-	-	-	700
Obras em andamento (*)	3.508	1.014	(4.522)	-	-
	<b>4.606</b>	<b>1.043</b>	<b>(4.522)</b>	<b>(162)</b>	<b>965</b>

(\*) Refere-se a obra de buit to suit, conforme mencionado na Nota 16.1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Consolidação		Adições	Baixas	Depreciação	
	Saldo em 31/12/2018	ASB / Sanesalto Dez/18				
Instalações	10	-	-	(1)	9	
Máquinas e equipamentos	1.389	36	52	(282)	1.195	
Equipamentos de informática	417	93	99	(149)	460	
Móveis e utensílios	303	44	47	(60)	334	
Veículos	2.490	-	128	(606)	2.012	
Ferramentas	-	7	-	-	7	
Benfeitorias em imóveis	4.259	112	-	(233)	3.250	
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370	
Obras em andamento	109	-	-	(109)	-	
	<b>15.347</b>	<b>292</b>	<b>326</b>	<b>(1.986)</b>	<b>13.637</b>	

	Consolidado				Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	12	-	-	(2)	10
Máquinas e equipamentos	1.670	6	(3)	(284)	1.389
Equipamentos de informática	433	135	(20)	(131)	417
Móveis e utensílios	357	11	(6)	(59)	303
Veículos	777	1.965	-	(252)	2.490
Benfeitorias em imóveis	5.220	1	-	(962)	4.259
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	3.618	1.014	(4.522)	(1)	109
	<b>18.457</b>	<b>3.132</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(1.691)</b>	<b>15.347</b>

## 14. Intangível

### a) Composição

	Taxa de Amortização (a)	Consolidado			31/12/2018 Líquido
		31/12/2019 Custo	31/12/2019 Amortização	31/12/2019 Líquido	
<b>Ativo Intangível de concessão (a)</b>					
Em curso (Águas de Itapema)	-	17.200	-	17.200	-
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27%	177.966	(48.600)	129.366	102.867
Em serviço (Sanesalto)	3,99%	72.159	(30.524)	41.635	-
		<b>267.325</b>	<b>(79.124)</b>	<b>188.201</b>	<b>102.867</b>
<b>Direito de uso</b>					
Direito de uso sobre - Built to suit	-	-	-	-	17.252
		-	-	-	17.252
<b>Softwares e aplicativos</b>					
Softwares e aplicativos	20,00%	5.849	(3.737)	2.112	2.551
		<b>5.849</b>	<b>(3.737)</b>	<b>2.112</b>	<b>2.551</b>
<b>Mais valia sobre ativos das investidas (b)</b>					
Sanesalto Saneamento S.A.	-	62.063	-	62.063	-
Urbeluz Energética S.A.	-	13.203	(682)	12.521	13.046
		<b>76.513</b>	<b>(682)</b>	<b>75.831</b>	<b>44.913</b>
		<b>349.687</b>	<b>(83.543)</b>	<b>266.144</b>	<b>167.583</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão.
- (b) A taxa de amortização da mais valia é apurada conforme percentual anual da expectativa de geração de caixa a valor justo, e sua contribuição para formação da mais valia. Portanto, a taxa não é linear.

A Companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

**b) Movimentação do intangível**

	Consolidado						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecimento inicial pela aquisição de controle (a)	Adições (b)	Baixas / Impairment (d)	Amortização Intangível e Mais valia	Transferências / Reclassificações (c)	
<b>Ativo intangível de concessão</b>							
Em curso (Águas de Itapema)	-	-	17.200	-	-	-	17.200
Em serviço (Águas de Itapema)	102.867	-	31.149	-	(4.650)	-	129.366
Em serviço (Sanesalto)	-	44.858	126	-	(3.349)	-	41.635
	<b>102.867</b>	<b>44.858</b>	<b>48.475</b>	<b>-</b>	<b>(7.999)</b>	<b>-</b>	<b>188.201</b>
<b>Direito de Uso (a)</b>							
Direito de Uso - Arrendamento	17.252	-	-	-	-	(17.252)	-
	<b>17.252</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.252)</b>	<b>-</b>
<b>Softwares e aplicativos</b>							
Softwares e aplicativos	2.551	116	84	-	(639)	-	2.112
	<b>2.551</b>	<b>116</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>(639)</b>	<b>-</b>	<b>2.112</b>
<b>Mais valia sobre ativo intangível de Investida</b>							
Sanesalto Saneamento S.A.	-	24.268	38.100	-	(305)	-	62.063
Urbeluz Energética S.A.	13.046	-	-	-	(525)	-	12.521
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	31.867	-	-	(31.867)	-	-	-
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	1.247	-	-	-	-	1.247
	<b>44.913</b>	<b>25.515</b>	<b>38.100</b>	<b>(31.867)</b>	<b>(830)</b>	<b>-</b>	<b>75.831</b>
	<b>167.583</b>	<b>70.489</b>	<b>86.659</b>	<b>(31.867)</b>	<b>(9.468)</b>	<b>(17.252)</b>	<b>266.144</b>

- (a) Com a aquisição de controle e respectiva consolidação da ASB e Sanesalto a partir de 2019 foram inseridos os saldos de 31 de dezembro de 2018 e suas respectivas movimentações;
- (b) Em relação às adições, está inserido o incremento da mais valia da Sanesalto pela aquisição de 100% das ações e a aquisição do respectivo controle, detalhes na nota explicativa 12;
- (c) O Built to suit de Companhia Águas de Itapema foi reclassificado para conta específica de direito de uso, vide nota explicativa 16;
- (d) A Companhia efetuou a baixa por impairment da mais valia existente na Sanesul pela ausência de expectativa de realização dos saldos, vide nota explicativa 12.

## CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2018
<b>Ativo intangível de concessão</b>						
Em curso	69	-	-	-	(69)	-
Em serviço	106.704	593	-	(4.499)	69	102.867
	<u>106.773</u>	<u>593</u>	<u>-</u>	<u>(4.499)</u>	<u>-</u>	<u>102.867</u>
<b>Direito de Uso</b>						
Direito de Uso - Arrendamento	-	17.376	-	(124)	-	17.252
	<u>-</u>	<u>17.376</u>	<u>-</u>	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>17.252</u>
<b>Softwares e aplicativos</b>						
Softwares e aplicativos	1.228	1.726	-	(403)	-	2.551
	<u>1.228</u>	<u>1.726</u>	<u>-</u>	<u>(403)</u>	<u>-</u>	<u>2.551</u>
<b>Mais valia sobre ativo intangível de Investida</b>						
Sanesul	31.867	-	-	-	-	31.867
Urbeluz	13.203	-	-	(157)	-	13.046
	<u>45.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(157)</u>	<u>-</u>	<u>44.913</u>
	<u>153.071</u>	<u>19.695</u>	<u>-</u>	<u>(5.183)</u>	<u>-</u>	<u>167.583</u>

### Teste de *impairment* do ativo intangível

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* dos ativos intangíveis considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. Detalhes da avaliação efetuada encontra-se divulgada na nota explicativa 12.1.

#### 14.1. Serviços de construção

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	48.391	1.166
Custo de construção	<u>(48.391)</u>	<u>(1.166)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

#### 15. Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.



### 15.1. Composição

	Consolidado						
	31/12/2019				31/12/2018		
	Alegrete	Caragua Luz	ASB/ Sanema	Total	Alegrete	Caragua Luz	Total
Saldo inicial	10.977	41.708	-	52.685	3.345	19.061	22.406
Reconhecimento inicial pela aquisição de controle	-	-	15.652	15.652	-	-	-
Adições (receita de construção)	17.894	2.247	12.793	32.934	12.465	27.002	39.467
Juros e atualização financeira	4.142	6.560	-	10.702	995	5.468	6.463
Recebimento Contratos	(6.457)	(9.925)	-	(16.382)	(5.828)	(9.823)	(15.651)
Adiantamento para realização ativo financeiro	-	-	18.162	18.162	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>26.556</b>	<b>40.590</b>	<b>46.607</b>	<b>113.753</b>	<b>10.977</b>	<b>41.708</b>	<b>52.685</b>
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante				16.409			15.820
Não circulante				97.344			36.865
				<b>113.753</b>			<b>52.685</b>

(\*) Taxa de retorno do ativo financeiro

A Sanema deverá iniciar o recebimento de seus contratos a partir de dezembro de 2020.

### 15.2. Serviços de construção

	Caraguá e Alegrete	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita de construção	20.141	39.467
Custos de construção	(20.141)	(39.467)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

### 15.3. Serviços de construção de ativos

	Sanema	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita de construção	14.887	6.318
Custos de construção	(7.285)	(3.308)
	<b>7.602</b>	<b>3.010</b>

A Companhia atua com sua controlada Sanema Saneamento de Maceió Ltda como responsável primária pela construção de ativos, sendo redes coletoras e uma ETE - Estação de tratamento de Esgoto na cidade de Maceió com contrato de execução com a CASAL - Companhia de Saneamento do estado de Alagoas. O contrato é de 30 anos, sendo os 30 primeiros meses para construção do ativo, tendo este mesmo prazo de carência para recebimento do aluguel dos ativos.

#### 15.4. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Alegrete</b>		
Contraprestação	32.309	28.624
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(6.457)	(5.828)
(=) Receita Bruta	<u>25.852</u>	<u>22.796</u>
<b>Caraguá</b>		
Contraprestação	28.323	30.092
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(9.925)	(9.823)
(=) Receita Bruta	<u>18.398</u>	<u>20.269</u>
<b>Consolidado</b>		
Contraprestação	60.632	58.716
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(16.382)	(15.651)
(=) Receita Bruta	<u>44.250</u>	<u>43.065</u>

#### Teste de *impairment* do ativo financeiro

A Companhia elabora rotineiramente, teste de *impairment* dos ativos financeiros considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), pelo método do valor em uso, através do fluxo de caixa descontado. Detalhes da avaliação efetuada pela administração encontra-se divulgada na nota explicativa 12.1.

#### 16. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos - Consolidado

##### 16.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Amortização acumulada	Direito Uso Líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	2,5200%	18.491	(2.728)	15.763	-
Direito de uso - Outros arrendamentos	-	2.445	(468)	1.977	-
		<u>20.936</u>	<u>(3.196)</u>	<u>17.740</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário (“FII”), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O Built to suit tem taxa média anual de juros de 12,62%, e seu último vencimento está previsto para dezembro de 2027. Em 2018, foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06. Em 2018 o direito de uso foi registrado juntamente com o grupo do intangível, já no início de 2019 foi reclassificado para conta específica. Em dezembro de 2018 o direito de uso foi apresentado juntamente com a rubrica do intangível, e em 2019 foi reclassificado para o grupo de “Direito de Uso”.

16.1.1 Movimentação do direito de uso

	31/12/2019				
	Direito de uso líquido em		Transferências	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
	31/12/2018	Adoção Inicial			
Direito de uso - Built to suit (a)	-	-	17.252	(1.489)	15.763
Direito de uso - Outros arrendamentos	-	2.673	-	(696)	1.977
	-	2.673	17.252	(2.185)	17.740

16.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	979	838
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	608	-
	<b>1.587</b>	<b>838</b>
<b>Não circulante</b>		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	11.341	-
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	1.454	11.872
	<b>12.795</b>	<b>11.872</b>
	<b>14.382</b>	<b>12.710</b>

16.2.1 Movimentação passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2018	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Novos Contratos/Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Built to suit	12.710	-	-	(872)	482	12.320
Outros arrendamentos	-	4.895	(2.222)	(977)	366	2.062
	12.710	4.895	(2.222)	(1.849)	848	14.382

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	5.298	4.579
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	25.162	24.629
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	202	279
Fornecedores - outros	1.320	1.508	1.739	1.439
	<b>1.320</b>	<b>1.508</b>	<b>32.401</b>	<b>30.926</b>

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de *project finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Capital de Giro - PRÉ	dez/18	18,30%	-	-	947	-
Cédulas de Créditos Bancários - IGPM	dez/21	10,00%	2.428	2.428	2.184	4.368
Finame - PRÉ	nov/18	6,99%	228	494	228	722
			<b>2.656</b>	<b>2.922</b>	<b>3.359</b>	<b>5.090</b>
			Consolidado			
	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Capital de giro - PRÉ	Diversos	3,15%	2.191	9.982	7.127	13.460
Outros empréstimos e financiamentos - PRÉ	Diversos	12,00%	-	-	308	-
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	6,00%	1.951	2.877	1.722	2.877
Capital de giro - CDI	Diversos	5,80%	2.649	4.042	1.428	1.069
Cédulas de crédito bancárias - IGPM	Diversos	11,00%	2.428	2.428	12.193	4.367
			<b>9.219</b>	<b>19.329</b>	<b>22.778</b>	<b>21.773</b>
<b>Debêntures</b>						
Debentures Privadas - IGPM	dez/26	3,79%	5.426	48.958	-	-
Debentures Públicas - IGPM	jun/24	8,75%	10.879	96.531	2.542	8.910
			<b>16.305</b>	<b>145.489</b>	<b>2.542</b>	<b>8.910</b>
<b>Arrendamentos mercantis financeiros</b>						
Finame - PRÉ	abr/19	8,81%	-	-	27	-
Finame - PRÉ	Diversos	3,15%	228	493	228	723
			<b>228</b>	<b>493</b>	<b>255</b>	<b>723</b>
			<b>25.752</b>	<b>165.311</b>	<b>25.575</b>	<b>31.406</b>

Os arrendamentos mercantis foram reclassificados para nota explicativa 16.

## 18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2019	-	-	3.359	25.575
2020	2.656	25.752	1.980	4.143
2021	2.922	25.752	1.980	2.994
2022	-	25.132	1.130	1.899
2023	-	24.189	-	1.899
Após 2023	-	90.238	-	20.471
<b>Total</b>	<b>5.578</b>	<b>191.063</b>	<b>8.449</b>	<b>56.981</b>
Circulante	2.656	25.752	3.359	25.575
Não circulante	2.922	165.311	5.090	31.406
	<b>5.578</b>	<b>191.063</b>	<b>8.449</b>	<b>56.981</b>

## 18.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.449</b>	<b>56.981</b>
Sanesalto na consolidação (debêntures)	-	53.339
ASB Ativos na consolidação (Empréstimos)	-	2.628
Captações	-	100.593
( - ) Pagamentos do principal	(2.695)	(22.813)
( - ) Pagamentos de juros	(911)	(8.873)
Provisão de juros	735	16.825
Custo de captação	-	(7.617)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.578</b>	<b>191.063</b>

## 18.4. Garantias dadas

As debêntures de emissão de coligadas e controladas estão garantidas por cessão fiduciária dos recebíveis das SPEs (Sociedade de Propósito Específico), alienação fiduciária das ações das SPEs, e eventualmente aval da Companhia como acionista e aplicações financeiras.

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária Recebíveis	de	Alienação Fiduciária Ações	de	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Águas de Itapema	Totalidade direitos concessão	dos da	100% das ações da Conasa	ações	Sim	Não
Sanesalto	Totalidade direitos concessão	dos da	100% das ações da Conasa	ações	Não	3 Parcelas Vincendas
Conasa SPE	Não		100% das ações da Conasa SPE	ações	Sim	3 Parcelas Vincendas

O financiamento da Sanema, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- BNB, tem como garantia fianças bancárias com Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Os bancos fiadores detêm como garantias alienação fiduciária das cotas da Sanema, cessão fiduciária dos recebíveis do contrato de locação e garantia fidejussória solidária dos acionistas, incluindo a Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

Por último, as CCBs emitidas pela Águas de Santo Antônio contam com fiança da Companhia, estando reconhecidas no passivo da controladora dada a caducidade da concessão.

#### 18.5. Debêntures Águas de Itapema (2a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2019, foi deliberada e aprovada a 2a emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 100 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais.

A remuneração pactuada para as debêntures é de IPCA + 7,07% a.a., em 17 (dezessete) parcelas semestrais, com vencimento todo dia 15 de abril e outubro de cada ano, iniciando em 15 de outubro de 2019 e com vencimento em 15 de outubro de 2027.

##### 18.5.1. Amortização da dívida com debêntures

	<u>31/12/2019</u>
Vencimento em	
2020	14.504
2021	14.504
2022	14.504
2023	14.504
2024	14.504
Após 2024	27.480
	<u>100.000</u>

### 18.5.2. Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir da data base de dezembro de 2019, de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2 que terá suas medições até 90 dias após o encerramento do exercício; (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,7; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

A Águas de Itapema cumpre integralmente as cláusulas restritivas.

### 18.6 Debêntures Sanesalto (3a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

#### 18.6.1 Amortização da dívida com debêntures

	<u>31/12/2019</u>
Vencimento em	
2020	8.400
2021	8.400
2022	8.400
2023	8.400
2024	8.400
Após 2024	13.000
	<u>55.000</u>

### 18.6.2 Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir de 2020 de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2, (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,3; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

A Sanesalto cumpre integralmente as cláusulas restritivas.

### 18.7 Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência) e não possuem covenant. Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R\$ 1 cada. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.933.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

#### 18.7.1 Amortização das Debêntures

Ano de Vencimento	Conasa-SPE S.A.
2020	2.268
2021	2.268
2022	2.268
2023	2.129
	<b>8.933</b>



## 19. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS a recolher	1	434	3.699	5.466
Retenção de impostos	16	11	1.101	428
Impostos de renda e contribuição social	3	371	4.744	13.420
ISS a recolher	679	592	711	799
ISS diferido	-	-	14	1.111
	<b>699</b>	<b>1.408</b>	<b>10.269</b>	<b>21.224</b>

## 20. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos sociais	133	320	1.817	2.098
Férias e encargos sociais	154	120	1.464	1.215
Outros	26	67	169	526
	<b>313</b>	<b>507</b>	<b>3.450</b>	<b>3.839</b>

## 21. Impostos e contribuições parcelados

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Parcelamento previdenciário	104	20	685	125
Parcelamento federal	211	-	6.457	2.234
Parcelamento PRT/PERT (a)	55	52	1.149	1.585
Parcelamento municipal	-	-	587	-
	<b>370</b>	<b>72</b>	<b>8.878</b>	<b>3.944</b>
<b>Não circulante</b>				
Parcelamento previdenciário	316	76	2.065	815
Parcelamento federal	658	-	15.210	4.663
Parcelamento PRT/PERT (a)	496	522	15.354	10.811
Parcelamento municipal	-	-	1.509	-
	<b>1.470</b>	<b>598</b>	<b>34.138</b>	<b>16.289</b>
	<b>1.840</b>	<b>670</b>	<b>43.016</b>	<b>20.233</b>

### b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado
2020	8.878
2021	7.827
2022	6.523
2023	6.827
2024	5.173
Após 2024	7.788
	<b>43.016</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Foram incluídas dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Com publicação da MP 783 instituindo o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Somente a investida Águas de Itapema permaneceu no PRT liquidando o valor total no início do segundo semestre de 2019.

Em 2017 a controlada Urbeluz inseriu no PERT, créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços. Porém, estes créditos não foram compensados com débitos na consolidação do PERT em 2018.

No início de 2019, a Águas de Itapema realizou parcelamentos federais no montante de R\$ 6.694, assim como a controlada Urbeluz e suas investidas, no montante de R\$ 13.417.

## 22. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Urbeluz Energética S.A.	-	-	190	413
Outros	714	275	740	275
	<b>714</b>	<b>275</b>	<b>930</b>	<b>688</b>

## 23. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, na constituição dos ativos financeiros, provisionados na receita de construção, com elegibilidade somente a partir dos respectivos recebimentos ao longo dos contratos de concessão. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Pis diferido	733	438
Cofins diferido	3.383	2.033
Imposto de renda diferido	8.537	4.814
Contribuição social diferido	3.083	1.731
	<b>15.736</b>	<b>9.016</b>

A única natureza dos tributos diferidos constituídos e acima divulgados refere-se ao reconhecimento do ativo financeiro das investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, onde o respectivo recebimento dos contratos vinculados aos ativos financeiros só ocorrerão em data futura.

A controladora é optante pelo regime tributário de lucro presumido, portanto não constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

## 24. Provisão para contingências

### 24.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

#### (a) Saldos patrimoniais:

	Controladora			
	31/12/2019			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	10	-	270	280
	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>270</b>	<b>280</b>

	Controladora			
	31/12/2018			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	10	-	270	280
	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>270</b>	<b>280</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda Provável	257	580	270	1.107
	<b>257</b>	<b>580</b>	<b>270</b>	<b>1.107</b>

	Consolidado			
	31/12/2018			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda Provável	138	580	270	988
	<b>138</b>	<b>580</b>	<b>270</b>	<b>988</b>

**(b) Movimentação:**

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10	-	270	280
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>270</b>	<b>280</b>

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	138	580	270	988
Adições	119	-	-	119
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>257</b>	<b>580</b>	<b>270</b>	<b>1.107</b>

**Ações cíveis**

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

**Ações trabalhistas**

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

## 24.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 7.210 em processos cíveis, R\$ 5.298 em processos trabalhistas e R\$ 16.789 em processos tributários, considerados como perdas possíveis, e em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuíam os saldos de R\$ 5.271 em processos cíveis, R\$ 7.297 em processos trabalhistas e R\$ 20.743 em processos tributários.

Os processos tributários de perda possível se concentram em autuação da Receita Federal à Águas de Itapema pela utilização de base de presunção de Imposto de Renda de 8% da receita bruta e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 12% da receita bruta, nos períodos de 2012 a 2014, enquanto o entendimento da Receita Federal seria de base de presunção de 32%, com base na Lei 12.973/2014.

## 25. Patrimônio Líquido

### 25.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 167.338, representado por 167.338 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	167.338	100%	167.338	100%
	<u>167.338</u>	<u>100%</u>	<u>167.338</u>	<u>100%</u>

### 25.2. Reserva de retenção de lucros

Conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção de parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.019, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. Durante o exercício de 2019, a Companhia distribuiu os dividendos retidos de lucros de outros períodos no valor de R\$ 3.751, sendo R\$ 651 em março de 2019, R\$ 1.500 em maio de 2019, R\$ 1.300 em julho e R\$ 300 em agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, possuía em reserva de retenção de lucros montante de R\$ 50.292 (R\$ 48.024 em 2018).

### **25.3. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 333 (R\$ 367 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha um saldo acumulado de R\$ 2.651 (R\$ 2.318 em 2018).

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

### **25.4. Dividendos mínimos obrigatórios**

A Controladora reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2019, conforme prevê o artigo 30 do estatuto social, no montante de R\$ 317 (R\$ 348 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de dividendos propostos totaliza R\$ 317.

### **25.5. Transação de capital**

Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R\$ 13.824, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, essa operação gerou uma transação de capital no montante de R\$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.

### **25.6. Participação de não controladores**

Com a consolidação da investida ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A, o saldo de não controladores que era de R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2018, foi aumentado em R\$ 38.015, pois o Grupo Conasa detém apenas 34,03% das ações, sendo os outros 65,97% das ações de não controladores, onde o patrimônio líquido da investida encerrou em R\$ 57.624. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de participação de não controladores da Companhia encerrou em R\$ 59.757.

### **25.7. Ajustes IFRS 15/CPC 47 - adoção inicial**

Para o exercício de 2018, a Companhia optou por aplicar o método de transição simplificado do IFRS 15/CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" o que resultou em mudanças nas políticas contábeis e ajustes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ajuste refere-se ao reconhecimento de receitas decorrente do contrato de construção na modalidade *built to suit*, que sob o aspecto do CPC 47 / IFRS 15, deve ser reconhecida ao longo do período de construção. Dessa forma, a receita e custo de construção referente a exercícios anteriores, nos montantes de R\$ 8.115 e R\$ 3.508, respectivamente, foram reconhecidos no patrimônio líquido de abertura, conforme definido pela regra de transição.

**26. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	79.576	50.148
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	66.547	76.423
Receita de obras de engenharia	-	2.653	8.815	9.292
Receita de construção (Saneamento) (a)	-	-	49.362	1.166
Receita de construção (Saneamento - ATF) (b)	-	-	14.887	-
Receita de construção (Energia) (a)	-	-	20.141	39.467
Receita de locação de veículos e equipamentos	385	398	-	103
Cancelamentos	-	-	(3.510)	(2.629)
Impostos sobre prestação de serviços	(14)	(244)	(13.083)	(10.765)
	<b>371</b>	<b>2.807</b>	<b>222.735</b>	<b>163.205</b>

- (a) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento e energia.  
 (b) Receita de construção reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos.

**27. Custos dos serviços prestados**

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos com pessoal	-	-	(11.490)	(10.052)
Custos com materiais e insumos	-	(1.013)	(7.902)	(16.706)
Custos com produtos químicos	-	-	(1.714)	(1.691)
Custos com serviços de terceiros	-	(76)	(10.076)	(8.042)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(11.134)	(5.982)
Custos com energia elétrica	-	-	(24.494)	(20.946)
Custos com construção - Saneamento (a)	-	-	(49.362)	(39.467)
Custos com construção - Energia (a)	-	-	(20.141)	(1.166)
Custos com construção (Saneamento - ATF) (b)	-	-	(7.285)	-
	-	<b>(1.089)</b>	<b>(143.598)</b>	<b>(104.052)</b>

- (a) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento e energia.  
 (b) Custo de construção reconhecido pelos investimentos realizados na construção de ativos de saneamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Despesas gerais, administrativas e comerciais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas Administrativas</b>				
Com pessoal	(3.313)	(2.527)	(7.639)	(6.004)
Com serviços de terceiros	(4.143)	(4.335)	(13.844)	(12.173)
Com viagem	(665)	(638)	(1.599)	(1.093)
Com locação	(482)	(356)	(1.090)	(955)
Energia elétrica	(123)	(109)	(567)	(492)
Com depreciação e amortização	(111)	(162)	(1.540)	(685)
Despesas com informática	(601)	(265)	(935)	(1.115)
Despesas tributárias	(5)	(8)	(139)	(663)
Multas fiscais indedutíveis	-	(1)	(15)	(1.277)
Serviços de agentes fiduciários	(69)	(63)	(2.886)	(402)
Publicações legais	(175)	(125)	(464)	(142)
Outras despesas	(374)	(242)	(3.043)	(5.676)
	<b>(10.061)</b>	<b>(8.831)</b>	<b>(33.761)</b>	<b>(30.677)</b>
<b>Despesas Comerciais</b>				
Com pessoal	(19)	(12)	(1.542)	(1.779)
Propaganda e publicidade	(121)	(104)	(1.228)	(424)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	-	-	(2.237)	(1.558)
Com depreciação e amortização	-	-	(41)	(49)
Perdas de títulos incobráveis	-	-	-	(2.019)
Outras despesas	(10)	(38)	(689)	(697)
	<b>(150)</b>	<b>(154)</b>	<b>(5.737)</b>	<b>(6.526)</b>
	<b>(10.211)</b>	<b>(8.985)</b>	<b>(39.498)</b>	<b>(37.203)</b>

**29. Outras receitas (despesas)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Outras receitas</b>				
Serviços administrativos compartilhados (a)	9.088	6.602	567	2.023
Despesas recuperadas (b)	593	2.257	1.546	3.722
Ganhos com investimentos (c)	-	61	-	3.314
Ganho por compra vantajosa (e)	38.100	-	38.100	-
Outras receitas não operacionais	-	4	119	70
	<b>47.781</b>	<b>8.924</b>	<b>40.332</b>	<b>9.129</b>
<b>Outras despesas</b>				
Perdas com investimentos (d)	(4.531)	149	(4.531)	(9.438)
Impairment de ativo intangível (f)	(31.867)	-	(31.867)	-
Despesas indedutíveis	(1)	-	-	-
Multas	(253)	(36)	(1.645)	(3.028)
Processos trabalhistas - Águas de Santo Antônio	(507)	(270)	(507)	(270)
Perdas de estoques	-	-	(1.051)	(550)
Amortização de mais valia em investimentos	(831)	(738)	(831)	(738)
Outras despesas	-	-	-	(1)
	<b>(37.990)</b>	<b>(895)</b>	<b>(40.432)</b>	<b>(14.025)</b>
	<b>9.791</b>	<b>8.029</b>	<b>(100)</b>	<b>(4.896)</b>

- (a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.
- (b) Referem-se a despesas recuperadas pela Controladora reconhecidas dentro do exercício de 2019, Águas de Santo Antônio R\$ 588 referente a despesas de advogados e consultores, R\$ 924 de Urbeluz, além de outras despesas recuperadas pela controladora.
- (c) A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na coligada Construtora Luz de Mauá Ltda referente ao exercício de 2018.
- (d) As perdas com investimentos referem-se a baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R\$ 4.531 (R\$ 9.438 em 2018).
- (e) Em 30 de outubro de 2015 a Controladora adquiriu 48,08% das ações da Sanesalto e após



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliação por empresa independente, que elaborou Laudo de alocação de preço de compra, registrou a mais valia no valor de R\$ 24.974. Em 30 de dezembro de 2019, com a aquisição de 100% das ações e conseqüentemente do controle da Sanesalto, a Companhia elaborou novo laudo de Alocação de Preço de Compra e identificou mais valia de R\$ 62.063, como na aquisição dos 48,08% iniciais havia realizado e reconhecido a mais valia sobre a aquisição, assim, registrou a baixa já considerando a amortização do período no valor de R\$ 23.962. O ganho reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 38.100 contempla o ganho na remensuração da participação anterior de R\$ 7.020 e ganho por compra vantajosa da participação remanescente de R\$ 31.082.

- (f) A Companhia realizou baixa por impairment da mais valia da controlada Sanesul, pela incerteza da expectativa de realização, vide Nota 12.c.

### 30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures	-	-	(13.361)	(2.007)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(168)	(257)	(3.464)	(6.912)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.222)	(127)
Juros tributários	(192)	(67)	(7.303)	(1.960)
Despesas bancárias	(5)	(11)	(988)	(1.037)
Outras despesas financeiras	(1)	(50)	(1.765)	(637)
	<b>(366)</b>	<b>(385)</b>	<b>(29.103)</b>	<b>(12.680)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicação	10	-	2.438	113
Juros sobre faturamento	-	57	475	495
Descontos obtidos	-	2	62	41
Rendimentos sobre títulos de dívida	6.123	9.549	-	3.121
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	-	-	10.064	6.463
Outras receitas financeiras	-	20	18	(65)
	<b>6.133</b>	<b>9.628</b>	<b>13.057</b>	<b>10.168</b>
	<b>5.767</b>	<b>9.243</b>	<b>(16.046)</b>	<b>(2.512)</b>

### 31. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.411</b>	<b>3.740</b>
Lucro atribuído a não controladores	4.742	(3.588)
<b>Resultado atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>6.669</b>	<b>7.328</b>

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Quantidade de ações</b>	<b>Avos</b>	<b>Avos</b>
167.338.034	12/12	2/12
162.687.034	-	10/12
Média ponderada de ações:	167.338.034	163.462.201
Lucro básico por ação (em Reais)	0,0399	0,0483

**Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de

ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

## 32. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de: (i) concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema/SC, Salto/SP e Maceió/AL; (ii) na gestão de iluminação pública sob regime de Parcerias Público Privadas nas cidades de São João do Meriti/RJ, Caraguatatuba/SP e Mauá/SP e em contratos de manutenção em Boa Vista/RR, Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ; e (iii) no fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental, também na cidade de Salto/SP.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. A controlada Sanema é responsável pela construção do sistema de coleta e tratamento em 4 setores comerciais em Maceió/AL e respectiva locação do ativo à CASAL. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz e diretamente, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas (“PPP”) e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2019, a Companhia detinha participação em três PPP operacionais. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

	Receitas líquidas		Resultado operacional	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saneamento Básico	122.347	51.146	22.799	24.675
Iluminação Pública	80.137	106.714	12.181	(2.314)
Saneamento Ambiental	6.484	5.345	560	(201)
Outros	13.767	-	3.753	1
<b>Total</b>	<b>222.735</b>	<b>163.205</b>	<b>39.293</b>	<b>22.161</b>

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saneamento Básico	(8.454)	(4.838)	360.137	250.480
Iluminação Pública	(1.613)	(819)	124.262	106.705
Saneamento Ambiental	(1.170)	(1.059)	11.847	11.615
Outros	(2.309)	-	99.362	30.584
<b>Total</b>	<b>(13.546)</b>	<b>(6.716)</b>	<b>595.608</b>	<b>399.384</b>

### 33. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2019 e início de 2020, e vigentes até as datas variáveis em 2019, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat	300	-
Agua de Itapema	42.935	24.000
Urbeluz	52.487	-
Sanesalto	25.600	6.000
	<b>121.322</b>	<b>30.000</b>

### 34. Instrumentos financeiros

#### 34.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

#### 34.2 Qualidade dos créditos de ativos financeiros

A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privado.

#### 34.3 Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	Controladora				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
<b>Ativo financeiros (*)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	297	297	32	32
Contas a receber	Custo amortizado	1.200	1.200	732	732
Partes relacionadas	Custo amortizado	17.304	17.304	8.136	8.136
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	15.258	15.258	48.983	48.983
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	1.320	1.320	1.508	1.508
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	5.578	5.578	8.449	8.449
Partes relacionadas	Custo amortizado	11.760	11.760	7.540	7.540

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativo financeiros (*)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	17.380	17.380	3.116	3.116
Contas a receber	Custo amortizado	23.123	23.123	15.889	15.889
Ativo financeiro	Custo amortizado	67.146	67.146	52.685	52.685
Partes relacionadas	Custo amortizado	38.232	38.232	20.102	20.102
Titulos de valores mobiliários	Custo amortizado	13.738	13.738	54.794	54.794
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	30.819	30.819	30.926	30.926
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	188.855	188.855	69.691	69.691
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	14.382	14.382	17.252	17.252
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.307	3.307	9.836	9.836

#### 34.4 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) **Risco de mercado - Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de financiamentos vinculados ao CDI e receitas vinculadas à inflação, ou aplicações financeiras vinculadas ao CDI e financiamentos vinculados à inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros	Risco	Saldo Atual	Saldo em Risco (*)	Cenários		
				Provável (***)	Possível (25%) (**)	Remoto (50%) (**)
<b>Ativo financeiro</b>						
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	38.157	2.450	19	14	9
Sanetrat CCI	Redução da Taxa IPCA	31.689	1.188	64	48	32
<b>Passivo financeiro</b>						
Debêntures - Sanesalto	Aumento na taxa IGPM	55.052	4.151	(2.009)	(2.512)	(3.014)
BRDE Águas de Itapema	Aumento na taxa TJLP	12.172	850	63	79	94
CCB Águas de Santo Antônio	Aumento na taxa IGPM	4.855	366	(177)	(221)	(266)
Capital de Giro Ubeluz	Aumento na taxa CDI	12.015	771	6	8	10
Finame	Aumento na taxa TJLP	228	16	1	1	2
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	10.134	764	(370)	(462)	(555)
		<u>164.302</u>	<u>10.556</u>	<u>(2.404)</u>	<u>(3.046)</u>	<u>(3.688)</u>

- (\*) Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte.
- (\*\*) Os montantes são expectativas de incremento ou redução nas receitas ou despesas financeiras, considerando uma deterioração/aumento de 25% e 50% nas taxas divulgadas pela BM&F para os cenários possíveis e remotos respectivamente.
- (\*\*\*) Os montantes de saldos prováveis correspondem aos valores que a administração considera estar dentro das normalidades dos riscos de mercado, considerando as taxas divulgadas pela B3.

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem base de clientes difusa com receita vinculada em grande parte às tarifas de prestação de serviços vinculadas às concessões e PPPs;
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						
	31/12/2019						
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores	1.320	1.320	1.320	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário	4.856	5.033	2.428	2.605	-	-	-
Finame	722	751	228	244	261	18	-
Partes relacionadas	11.760	11.760	7.524	4.236	-	-	-
	<b>18.658</b>	<b>18.864</b>	<b>11.500</b>	<b>7.085</b>	<b>261</b>	<b>18</b>	<b>-</b>

	Controladora						
	31/12/2018						
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores	1.508	1.508	1.508	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário	6.551	7.517	2.436	2.541	2.541	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.898	2.103	1.246	299	273	285	-
Partes relacionadas	7.540	7.773	7.773	-	-	-	-
	<b>17.497</b>	<b>18.901</b>	<b>12.963</b>	<b>2.840</b>	<b>2.814</b>	<b>285</b>	<b>-</b>

	Consolidado						
	31/12/2019						
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores	32.401	32.401	32.401	-	-	-	-
Debêntures	161.794	171.067	16.305	17.495	18.772	20.143	98.352
Finame	721	751	228	244	261	18	-
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	4.856	5.033	2.428	2.605	-	-	-
Capital de Giro - CDI	6.691	6.912	2.649	2.842	1.421	-	-
Capital de Giro - PRÉ	17.001	22.893	4.142	4.444	4.769	4.769	-
Passivo de arrendamentos	14.382	15.032	1.587	1.651	1.746	1.429	8.619
Partes relacionadas	3.483	3.483	1.206	2.277	-	-	-
	<b>241.329</b>	<b>257.572</b>	<b>60.946</b>	<b>31.558</b>	<b>26.969</b>	<b>26.359</b>	<b>106.971</b>

	Consolidado						
	31/12/2018						
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
<b>Passivos financeiros</b>							
Fornecedores	30.926	34.339	34.339	-	-	-	-
Debêntures	11.452	14.501	2.547	2.657	2.657	2.657	3.985
Cédulas de Crédito Bancário - Itapema	10.009	10.009	10.009	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	6.551	10.058	2.436	2.541	2.541	2.541	-
Capital de Giro - CDI	35.794	38.346	8.684	4.153	2.187	2.112	21.210
Capital de Giro - PRÉ	5.885	5.885	3.269	2.616	-	-	-
Partes relacionadas	9.836	9.972	9.972	-	-	-	-
	<b>110.453</b>	<b>123.111</b>	<b>71.256</b>	<b>11.966</b>	<b>7.384</b>	<b>7.309</b>	<b>25.195</b>

- (d) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia não atua com instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. Desta forma, a administração julga não ter riscos relacionadas a variações de taxas de câmbio.
- (e) **Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

### 35. Compromissos vinculados aos contratos de concessão

A Companhia e suas controladas possuem alguns principais compromissos vinculados aos contratos de concessão, conforme segue:

- (i) A Companhia Águas de Itapema tem o compromisso de investimentos entre 2016 e o final da concessão de R\$ 510 milhões, sendo investimentos em água de R\$ 165 milhões e investimentos em esgoto de mais de R\$ 335 milhões, conforme planos de investimentos definidos no Plano Municipal de Saneamento e no Contrato de Concessão. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia já havia investido R\$ 82.123.
- (ii) A Sanesalto concluiu os investimentos previstos na concessão, restando apenas a operação do sistema até 2032.
- (iii) A Caraguá Luz encerrou em 2018 a substituição de todas as luminárias existentes por luminárias LED, conforme previsto no contrato de PPP.
- (iv) A Alegrete RJ Participações S.A. tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2020, além da substituição de tais luminárias num segundo ciclo de investimento entre o ano 11 e 15 da PPP, com uma previsão de cerca de R\$ 100 milhões em iluminação pública. Estão previstos também investimentos em efficientização de prédios públicos e aquisição de equipamentos, que somam cerca de R\$ 22 milhões durante a concessão.
- (v) A Sanema tem como compromisso de investimento a execução de Estação de Tratamento de Esgoto e rede de coleta, com as respectivas estações elevatórias de esgoto, na área de atendimento



definida pelo contrato com Contrato de Empreitada Global firmado de R\$ 171 milhões até outubro de 2020.

- (vi) A Via Brasil MT-100, concessão de 111 km de rodovia por 30 anos, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 10.000. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R\$ 351 milhões.
- (vii) A Via Brasil MT-320/208, concessão dos 188 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 6 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R\$ 370 milhões.

### **36. Impostos de Renda e Contribuição Social (reconciliação)**

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro real e pelo regime de Lucro Presumido. Na opção pelo lucro real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, e na apuração do lucro presumido é utilizada a presunção de 32%, e a apuração é realizada conforme a legislação tributária dos tributos do ano corrente. Abaixo a reconciliação do IRPJ e da CSLL.

# CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro real</b>				
Lucro (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	<b>3.694</b>	<b>(1.818)</b>
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	-	-	(1.256)	-
<i>Reconciliação para despesas efetivas:</i>				
Adições sobre os critérios da le 11.638/07	-	-	1.653	-
Exclusões sobre os critérios da le 11.638/07	-	-	(1.406)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social lançado no resultado</b>	-	-	<b>(1.009)</b>	-
Taxa efetiva	-	-	27,31%	0,00%
<b>Lucro presumido</b>				
Vendas brutas	385	398	56.185	127.768
Serviços prestados	-	2.653	36.506	2.653
<b>Base de Presunção</b>	<b>385</b>	<b>3.051</b>	<b>92.691</b>	<b>130.421</b>
Presunção lucro para IRPJ (32 %)	123	127	17.979	40.886
Presunção lucro para IRPJ (8 %)	-	212	2.920	212
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	7	51	372	146
<b>Base tributável</b>	<b>130</b>	<b>390</b>	<b>21.271</b>	<b>41.244</b>
IRPJ apurado 15%	(20)	(59)	(3.191)	(6.187)
Adicional do IRPJ	-	(14)	(2.103)	(4.100)
(-) IRRF sobre notas emitidas	-	-	(24)	(839)
<b>Total IRPJ apurado</b>	<b>(20)</b>	<b>(73)</b>	<b>(5.318)</b>	<b>(11.126)</b>
Presunção lucro para CSLL 32%	123	127	17.979	40.886
Presunção lucro para CSLL 12%	-	318	4.381	318
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	7	51	372	146
<b>Base tributável</b>	<b>130</b>	<b>496</b>	<b>22.732</b>	<b>41.350</b>
CSLL apurada	(12)	(45)	(2.046)	(3.722)
<b>Imposto renda, contribuição social corrente Presumido</b>	<b>(32)</b>	<b>(118)</b>	<b>(7.364)</b>	<b>(14.848)</b>
<b>Imposto renda, contribuição social corrente Presumido e Real</b>	-	-	<b>(8.373)</b>	<b>(14.848)</b>
<b>Imposto renda, contribuição social diferidos</b>			<b>(3.463)</b>	<b>(1.061)</b>
<b>Total</b>	<b>(32)</b>	<b>(118)</b>	<b>(11.836)</b>	<b>(15.909)</b>

A investida Sanesalto Saneamento S.A. mantém saldo de Base Negativa da CSLL no montante de R\$ 6.158 que não está reconhecido contabilmente. À medida que os saldos forem compensados, eles serão reconhecidos.

### 37. Eventos Subsequentes

A Via Brasil MT 320 contratou o Banco ABC, em fevereiro de 2020, em regime de garantia firme de colocação, para estruturação e distribuição de R\$ 40 milhões em debêntures.

A captação financiará a conclusão dos investimentos previstos para o 1º ano da concessão, incluindo reformas do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança e a implantação de 3 praças de pedágio, com previsão de conclusão em maio de 2020.

As debêntures serão emitidas com prazo total de 48 meses, contando com carência de juros de 6 meses e de amortização do principal de 12 meses, juros remuneratórios de CDI + 4% a.a., com aumento progressivo de taxa de 0,5% a.a. a cada 6 meses. Terão como garantia cessão fiduciária dos recebíveis de pedágio, alienação fiduciária das ações da SPE e garantia fidejussória solidária dos acionistas, incluindo da Companhia.

A Companhia, controladas e coligadas acompanham os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 nas concessões e PPPs, pela característica de monopólio regulado, podendo afetar evolução de receitas, em especial com aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica e impactar na velocidade de investimentos.

\* \* \*

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2019.

**Diretoria executiva**

- **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto;
- **Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:** Claudio Roberto de Leoni Ramos;
- **Diretor de Operações:** César Ferreira de Menezes;
  
- **Contador:** Isaac do Nascimento - CRC PR 043.806/O-1.

---

**Mario Vieira Marcondes Neto**  
Diretor Presidente

---

**Isaac do Nascimento**  
Contador CRC-PR043806/O-1